



ESTADO DE ALAGOAS



INDICADORES BÁSICOS DE ALAGOAS

v.3

2017

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES

INDICADORES BÁSICOS DE ALAGOAS

v.3



Maceió-2017

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Vice Governador - José Luciano Barbosa da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO

Secretário de Estado - Fabrício Marques Santos

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão - Genildo José da Silva

Secretária Executiva de Gestão Interna - Ana Cristina Farias da Cunha

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Superintendente - Thiago José Tavares Ávila

**GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E
INDICADORES**

Gerente - Roberson Leite Silva Júnior

EDITOR

Roberson Leite Silva Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Gilvandro Freitas

Roberson Leite Silva Júnior

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

EQUIPE APOIO

Maria Teônia Melo Amorim

Juliana Carla da Silva Santos – estagiária

EQUIPE DE REVISÃO

Allisson Nascimento Gonçalves da Silva

Márcia Núbia Barbosa Lopes

Thiago José Tavares Ávila

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Assessor de Comunicação: Igor Raphael
G. de Queiroz

Designer Gráfico: Fábio Medeiros Aguiar

INDICADORES BÁSICOS DE ALAGOAS é uma publicação anual da SEPLAG-AL. Disponível para consultas e download no site [http:// www.dados.al.gov.br](http://www.dados.al.gov.br). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

NOTA EXPLICATIVA: a publicação teve início em 2014 como anual, passando para bianual em 2017.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Indicadores Básicos de Alagoas. – Ano 3, n.3 (2014)- .

-Maceió:Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2017.

v.: il. Color. ; 21cm.

Bianual

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística - Alagoas

CDU 31:33(813.5)

Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio



Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag
R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas
CEP.: 57020-050 - Fone: (82) 3315-1520
<http://www.seplag.al.gov.br>

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de oferecer um conjunto de informações básicas para subsidiar os processos de análise sobre a realidade estadual, a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), por meio de sua Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento – SINC, lança mais uma edição do estudo **Indicadores Básicos de Alagoas**.

A publicação é dividida em oito grandes temas que trazem, em sua maioria, os indicadores do período de 2011 a 2015, oferecendo à sociedade o mais atual retrato do Estado e contribuindo na construção de políticas públicas efetivas, capazes de promover o bem estar e uma melhor qualidade de vida para o cidadão alagoano. O presente estudo é resultado do trabalho sério e comprometido de uma equipe multidisciplinar de servidores públicos que, durante o ano de 2016, esteve concentrada no levantamento e na consolidação dos dados.

A Seplag agradece a todos os parceiros institucionais que disponibilizaram os dados estatísticos que compõem este trabalho, na certeza de que adotar como base a publicação **Indicadores Básicos de Alagoas** torna mais seguro e assertivo o processo de desenvolvimento do nosso Estado.

FABRÍCIO MARQUES SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Razão de Sexo - 2011-2015	23
Tabela 2 - Esperança de Vida ao Nascer – 2012-2015.....	25
Tabela 3- Densidade Demográfica – 2012-2015.....	26
Tabela 4 - Razão de Dependência – 2012-2015.....	27
Tabela 5 - Taxa de Atendimento Escolar de 07 a 14 Anos de Idade – 2012-2015	29
Tabela 6 - Taxa de Atendimento Escolar de 15 a 17 Anos de Idade – 2012-2015	30
Tabela 7 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - 2012-2015	32
Tabela 8 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio - 2012-2015.....	33
Tabela 9 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Fundamental - 2012-2015	34
Tabela 10 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Médio - 2012-2015	35
Tabela 11 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental – 2012-2015	37
Tabela 12 - Taxa de Aprovação no Ensino Médio Regular – 2012-2015	37
Tabela 13 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Fundamental – 2012-2015....	39
Tabela 14 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Médio Regular – 2012-2015	39
Tabela 15 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos de Idade ou Mais - 2012-2015	41
Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos iniciais) – 2009-2011-2013-2015	42
Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos finais) - 2009/2011/2013/2015	43
Tabela 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Médio Regular - 2009/2011/2013/2015	44
Tabela 19 - Número de Médicos em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015	46
Tabela 20 - Número de Enfermeiros em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015	48

Tabela 21 - Número de Consultas Médicas (SUS), por habitante – 2009-2012...	49
Tabela 22- Leitos Hospitalares Existentes, por mil habitantes – 2012-2015	51
Tabela 23 - Taxa de Mortalidade Infantil, por mil Nascidos Vivos – 2011-2014...	52
Tabela 24 - Cobertura da Equipe da Atenção Básica da Família - 2012-2015	54
Tabela 25 - Taxa de Domicílios com Energia Elétrica - 2012-2015.....	55
Tabela 26 - Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água com Canalização Interna - 2012-2015	57
Tabela 27 - Taxa de Domicílios com Esgotamento Sanitário - 2012-2015.....	58
Tabela 28 - Taxa de Domicílios com Acesso à Coleta de Lixo Coletado Diretamente - 2012-2015	60
Tabela 29 - Taxa de Homicídio Doloso, segundo o número de ocorrências, por cem mil habitantes - 2012-2015	62
Tabela 30 - Taxa de Óbitos em Acidentes de Trânsito, por cem mil habitantes – 2009-2012	63
Tabela 31 - Taxa de Trabalho Infantil - 2012-2015	66
Tabela 32 - Taxa de Participação ou Atividade - 2012-2015.....	67
Tabela 33- Taxa de Desemprego – 2012-2015.....	69
Tabela 34 - Taxa de Ocupação das pessoas de 10 anos e mais de idade – 2012-2015	70
Tabela 35 - Valor do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento (R\$) - 2012-2015	72
Tabela 36 - Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas – 1991-2000-2010-2014	75
Tabela 37 - Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil – 1991-2000-2010-2014	76
Tabela 38 - Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, com Rendimento - 2012-2015	78
Tabela 39 - PIB a Preço de Mercado Corrente (R\$ 1.000.000) - 2011-2014	81
Tabela 40 - Variação nominal (%) do PIB a preço de mercado corrente – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	82

Tabela 41 - Variação nominal (%) do Valor Adicionado (VA) Total – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	83
Tabela 42 - Variação nominal (%) do VA da Agropecuária – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	84
Tabela 43 - Variação nominal (%) do VA da Indústria – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	85
Tabela 44 - Variação nominal (%) do VA de Serviços – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	86
Tabela 45 - PIB per capita (R\$) - 2011-2014.....	87
Tabela 46 - Evolução (%) do PIB per capita – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	88



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Razão de Sexo - 2012-2015	24
Figura 2 - Esperança de Vida ao Nascer – 2012-2015	25
Figura 3 - Densidade Demográfica 2012-2015.....	26
Figura 4 - Razão de Dependência - 2012-2015	28
Figura 5 - Taxa de Atendimento Escolar de 07 a 14 Anos de Idade - 2012-2015	30
Figura 6 - Taxa de Atendimento Escolar de 15 a 17 Anos de Idade – 2012-2015	31
Figura 7 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - 2012-2015	32
Figura 8 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio - 2012-2015.....	33
Figura 9 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Fundamental - 2012-2015	35
Figura 10 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Médio - 2012-2015	36
Figura 11 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental – 2012-2015	37
Figura 12 - Taxa de Aprovação no Ensino Médio Regular – 2012-2015.....	38
Figura 13 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Fundamental – 2012-2015	39
Figura 14 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Médio Regular – 2012-2015	40
Figura 15 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos de Idade ou Mais - 2012-2015	41
Figura 16 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos iniciais) – 2009-2011-2013-2015	43
Figura 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos finais) - 2009/2011/2013/2015	44
Figura 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Médio Regular - 2009/2011/2013/2015.....	45
Figura 19 - Número de Médicos em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015	47
Figura 20 - Número de Enfermeiros em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015	48

Figura 21 - Número de Consultas Médicas (SUS), por habitante – 2009-2012....	50
Figura 22 - Leitos Hospitalares Existentes, por mil habitantes – 2012-2015.....	51
Figura 23 - Taxa de Mortalidade Infantil, por mil Nascidos Vivos – 2011-2014....	53
Figura 24 - Cobertura da Equipe da Atenção Básica da Família - 2012-2015	54
Figura 25 - Taxa de Domicílios com Energia Elétrica - 2012-2015	56
Figura 26 - Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água com Canalização Interna - 2012-2015.....	57
Figura 27 - Taxa de Domicílios com Esgotamento Sanitário - 2012-2015	59
Figura 28 - Taxa de Domicílios com Acesso à Coleta de Lixo Coletado Diretamente - 2012-2015	60
Figura 29 - Taxa de Homicídio Doloso, segundo o número de ocorrências, por cem mil habitantes - 2012-2015	62
Figura 30 - Taxa de Óbitos em Acidentes de Trânsito, por cem mil habitantes – 2009-2012	64
Figura 31 - Taxa de Trabalho Infantil - 2012-2015	66
Figura 32 - Taxa de Participação ou Atividade - 2012-2015	67
Figura 33 - Taxa de Desemprego – 2012-2015.....	69
Figura 34 - Taxa de Ocupação das pessoas de 10 anos e mais de idade – 2012-2015	71
Figura 35 - Valor do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento (R\$) - 2012-2015	73
Figura 36 - Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas – 1991-2000-2010-2014	76
Figura 37 - Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil – 1991-2000-2010-2014	77
Figura 38 - Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, com Rendimento - 2012-2015	79
Figura 39 - PIB a Preço de Mercado Corrente (R\$ 1.000.000) - 2011-2014	81
Figura 40 - Variação nominal (%) do PIB a preço de mercado corrente – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	82

Figura 41 - Variação nominal (%) do Valor Adicionado (VA) Total – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	83
Figura 42 - Variação nominal (%) do VA da Agropecuária – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	84
Figura 43 - Variação nominal (%) do VA da Indústria – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	85
Figura 44 - Variação nominal (%) do VA de Serviços – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	86
Figura 45 - PIB per capita (R\$) - 2011-2014	88
Figura 46 - Evolução (%) do PIB per capita – 2012/2011-2013/2012-2014/2013	89



LISTA DE SIGLAS

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MS – Ministério da Saúde

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

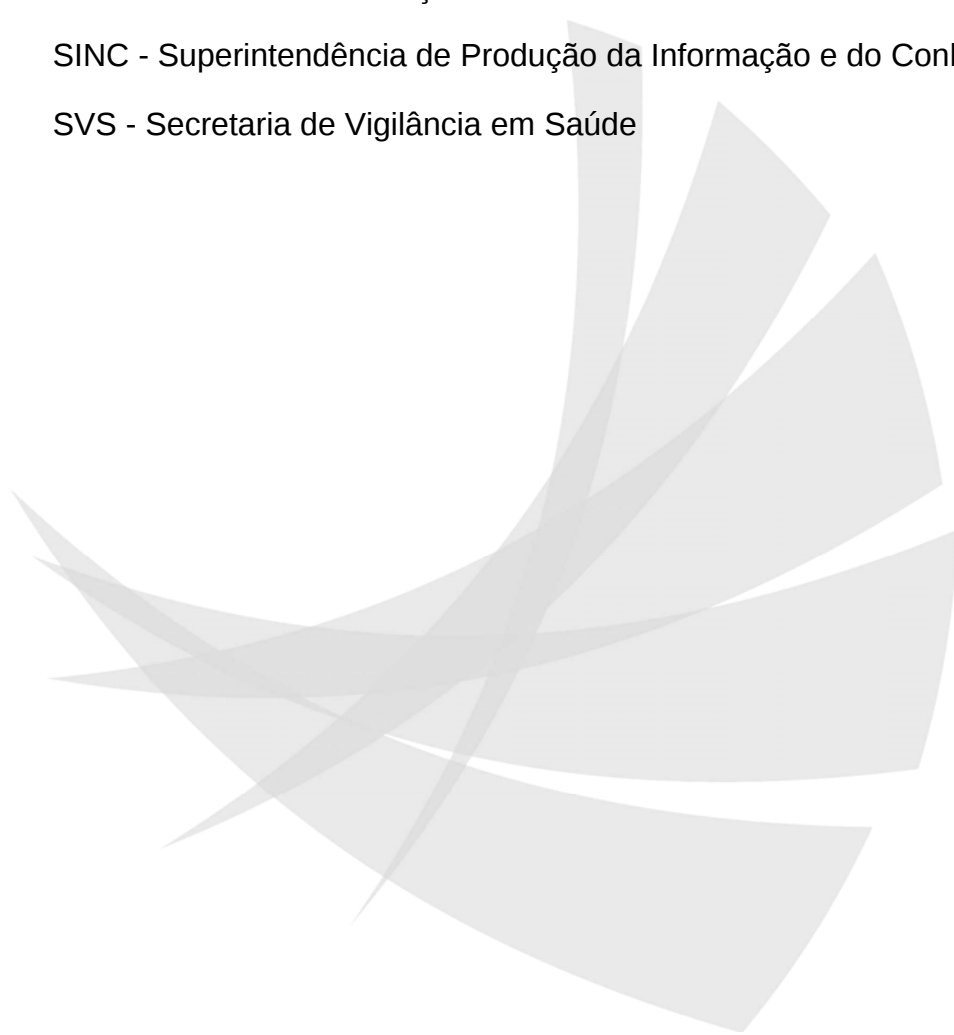
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

SIM - Sistema de Informações de Mortalidade

SINC - Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE SIGLAS	11
SUMÁRIO	13
INTRODUÇÃO	15
NOTA METODOLÓGICA.....	18
INDICADORES SELECIONADOS.....	23
I – DEMOGRAFIA	23
Razão de Sexo:.....	23
Esperança de Vida ao Nascer:.....	24
Densidade Demográfica:	25
Razão de Dependência:	27
II – EDUCAÇÃO.....	29
Taxa de Atendimento Escolar:.....	29
Taxa de Distorção Idade-Série:.....	31
Taxa de Abandono/Evasão:.....	33
Taxa de Aprovação:	36
Taxa de Reprovação Bruta:	38
Taxa de Analfabetismo:	40
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:.....	42
III- SAÚDE.....	46
Médicos, por mil habitantes:	46
Enfermeiros, por mil habitantes:.....	47
Consultas médicas, por habitante:.....	48

Leitos Hospitalares, por mil habitantes:	50
Taxa de Mortalidade Infantil, por mil Nascidos Vivos:	51
Cobertura da Equipe da Atenção Básica da Família:	53
IV- INFRAESTRUTURA	55
Taxa de Domicílios com Energia Elétrica:	55
Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água:	56
Taxa de Domicílios com Esgotamento Sanitário:	58
Taxa de Domicílios com Acesso à Coleta de Lixo:	59
V- DEFESA SOCIAL/TRÂNSITO	61
Taxa de Homicídio Doloso, segundo o número de ocorrências:	61
Taxa de Óbitos em Acidentes de Trânsito:	62
VI- MERCADO DE TRABALHO E RENDA	65
Taxa de Trabalho Infantil:	65
Taxa de Participação ou Atividade:	66
Taxa de Desemprego:	68
Taxa de Ocupação:	69
VII- DESIGUALDADE E POBREZA	72
Valor do Rendimento Médio Mensal (R\$) das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade:	72
Índice de Desenvolvimento Humano:	73
Índice de Gini:	77
VIII- ECONOMIA	80
Produto Interno Bruto-PIB:	80
PIB <i>per capita</i> :	87
NOTA TÉCNICA	90
FONTES PESQUISADAS	91
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Na elaboração de um diagnóstico socioeconômico que se proponha a ser útil para as Políticas Públicas, deve-se caracterizar como um estudo da situação de uma determinada população e sua região, com textos descritivos ou analíticos, tabelas de dados, gráficos e especialmente indicadores específicos sobre vários aspectos da realidade local e/ou regional.

Segundo Ferreira, Cassiolato & Gonzales (2009): “O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado específico e utilizado para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a variação do aspecto observado”. Em outras palavras, eles “se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida, da conjuntura econômica e qualidade de vida da população” (CARLEY 1985, N. UNIDAS). Para Gonçalves (2005), os “indicadores representam, demonstram e caracterizam um determinado fenômeno da realidade observada, além de identificar a sua natureza, estado e evolução”. Já Armani (2004), afirma que “indicadores são parâmetros objetivos e mensuráveis utilizados para operacionalizar conceitos”.

No que se refere aos instrumentos de planejamento, neste particular, na construção de um elenco de Indicadores Básicos, existem distintos modelos e métodos que variam desde aqueles que só contemplam, pontualmente, a simples tendência, até modelos complexos, com fundamento em diferentes marcos teóricos e conceituais, que propõem uma visão mais elaborada da situação, levando em consideração as variáveis externas, as visões e proposições dos diferentes atores sociais envolvidos.

Enfim, seja qual for a alternativa escolhida, via de regra, esse estudo deverá perpassar por uma discussão coletiva, preferencialmente por uma equipe multidisciplinar.

Portanto, esse documento contempla um elenco de indicadores que não se esgota por si só, porém são estabelecidos como mais um subsídio inerente ao Sistema de Planejamento do setor público.

Conceitualmente, Indicadores sempre são variáveis, já que podem assumir diferentes valores, porém, nem todas as variáveis são indicadores. Enquanto medidas, os indicadores devem ser definidos em termos operacionais, ou seja, mediante as categorias pelas quais eles se manifestam e podem ser medidos.

É importante ressaltar que, a escolha de um indicador relevante a partir da combinação de dados estatísticos provenientes de diferentes fontes e pesquisas, pode não ser tão simples como parece à primeira vista, até porque, raramente existe, em sua plenitude, uma medida que seja exata, válida, confiável, simples, sensível, disponível e econômica. Por conseguinte, o recomendável é trabalhar com aproximações a partir de dados já existentes. Então, quando não existe o domínio e o conhecimento técnico das fontes de dados nas mais diversas áreas temáticas, é melhor que se utilize os indicadores já contemplados anteriormente por instituições com tradição e credibilidade.

Quando da elaboração de um conjunto de indicadores, é importante ter em mente o seguinte:

- 1) Pior do que não ter nenhuma informação ou indicador para uma determinada dimensão da realidade social é dispor de um dado inconsistente que conduz a análise ou decisões equivocadas;
- 2) Quem quer medir tudo acaba não medindo nada; deve-se medir o que é relevante, significativo e útil.

“A escolha de Indicadores sociais para o uso no processo de formulação de Políticas Públicas deve ser pautada pela aderência dos mesmos a um conjunto de propriedades desejáveis, particularmente a validade, confiabilidade e relevância” (JANNUZZI, 2004).

- **Validade:** é um critério fundamental na escolha de indicadores, pois é desejável que se disponha de medidas tão “próximas” quanto possível do conceito abstrato ou demanda que lhe deram origem.

- **Confiabilidade:** é uma propriedade indispensável para legitimar o uso do indicador.

- **Relevância:** um objetivo deve estar relacionado em um problema, demanda ou oportunidade relevante para a agenda governamental.

O que se apregoa nas diferenciações entre os indicadores analíticos e sintéticos é que os sintéticos ao contemplarem nas suas dimensões um conjunto mais amplo de variáveis e indicadores, tenderiam a refletir o comportamento “médio” ou situação “típica”, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Vulnerabilidade Social, Índice da Qualidade de Vida, dentre outros. Enquanto, o analítico, em linhas gerais, *expressa em sua capacidade de descrever o fenômeno em questão, bem como a avaliação e monitoramento de sua evolução; a comparabilidade dos mesmos, como fator-chave para a elaboração de séries históricas e contraste com realidades similares; a disponibilidade, cobertura e periodicidade de atualização dos dados.*

Enfim, todo indicador, por si só, é uma tentativa de síntese da realidade, quer seja analítico ou sintético. O que os torna instrumentos úteis para o gestor elaborar suas análises, considerando as potencialidades e limitações da medida.

NOTA METODOLÓGICA

Muitas podem ser as tipologias dos indicadores. Para facilitar a compreensão do assunto segue alguns exemplos:

a) Indicadores simples ou brutos: são aqueles expressos em valores absolutos, que só permitem comparação se forem referidos a um parâmetro externo. Exemplo: número de matrículas no ensino fundamental.

b) Indicadores relativos: São também chamados de índices relativos ou índices simples, expressam uma razão ou proporção, permitindo comparações entre situações no tempo e no espaço. Exprimindo-se de outra forma, consistem em relações observáveis entre variáveis ou entre uma variável e uma constante. Por exemplo, o número de analfabetos por grupos de 100 indivíduos é uma relação entre uma variável e uma constante. A informação proporcionada por este tipo de índice mostra-se mais útil quando é possível estabelecer comparações. Já os índices que expressam relações entre variáveis contêm, em si mesmos, informações relevantes, ainda que a comparação possa enriquecer a análise. Por exemplo, a taxa de aprovação é a razão entre o número de aprovados e a matrícula total, ou seja, expressa a relação entre duas variáveis e traz informação sobre o desempenho de uma classe, uma escola, um professor, uma metodologia, etc.

De modo geral, esses indicadores servem, entre outras coisas, para avaliar uma situação específica em relação às suas congêneres e para estimar o avanço ou retrocesso em relação a uma meta.

c) Indicadores complexos: são também chamados de **Índices Agregados**, pois combinam um conjunto de dimensões e suas respectivas variáveis, ou seja, são sintéticos e multidimensionais. Podem conter, ou não, pesos para suas dimensões.

Porém, a maior parte dos índices multidimensionais enfrentam diversas dificuldades. Uma delas é, exatamente, estabelecer a ponderação a cada uma das dimensões. Portanto, procura sintetizar a informação de vários aspectos da

vida humana em um único índice (isto é, criar um indicador sintético) exige a definição de uma regra que atribua peso específico a cada uma dessas dimensões.

d) Indicadores Compostos: expressam a relação entre duas ou mais variáveis, e podem ser compreendidos da seguinte forma:

- **Razão:** é o resultado da divisão de uma variável qualquer **Y** por outra variável **W**, diferente e distinta.

Exemplo: Densidade demográfica=população/superfície (km²);

- **Proporção (ou coeficiente):** é um tipo especial de Razão em que **Y** e **W** pertencem à mesma categoria. Exprime a relação entre determinado número de ocorrências e o total dessas ocorrências.

Exemplo: coeficiente de mortalidade=número de óbitos/total da população;

- **Taxa:** são coeficientes multiplicados por uma potência de 10 para melhorar a compreensão do indicador.

Exemplo: taxa de reprovação no ensino médio = (Número de alunos reprovados no ensino médio/Total de matrícula do ensino médio)*100;

- **Porcentagem:** tipo especial de taxa em que o coeficiente é multiplicado por 100;

- **Índice:** É uma medida utilizada para proporcionar uma expressão quantitativa global a um conjunto de medidas que não podem ser simplesmente adicionadas em virtude de apresentarem individualmente diferentes graus de importância.

Os índices mais empregados medem, em geral, variações ao longo do tempo.

▪ **Aplicações:**

- 1) Em administração, o índice de produção pela ótica da velocidade de

vendas, da lucratividade e do endividamento, possibilita avaliar a saúde. Em estatística é um sinônimo de variação relativa de interesse;

2) Em economia, há índices de preço, quantidade e valor de bens, de custo de vida, de desemprego e financeiro das empresas;

3) Em administração pública diversos índices permitem avaliar a qualidade de vida, a permanência ou evasão escolar, o nível de criminalidade e o padrão de saúde das populações.

▪ **Natureza**

1) Econômicos: primeiros a serem produzidos, possuem uma teoria geral mais consolidada e refletem o comportamento da economia. No setor governamental são utilizados na gestão das políticas, fiscal, monetária, cambial, comércio exterior, desenvolvimento etc. No setor privado subsidiam decisões de planejamento estratégico, investimentos, contratações, concorrências, entrada/saída de mercados.

2) Sociais: são aqueles que apontam o nível de bem-estar geral e de qualidade de vida da população, principalmente em relação à saúde, educação, trabalho, renda, segurança, habitação, transporte, aspectos demográficos e outros.

3) Ambientais: demonstram o progresso alcançado na direção do desenvolvimento sustentável, que compreende, segundo as Nações Unidas, quatro dimensões: ambiental, social, econômica e institucional.

▪ **Objetividade:** denota o caráter quantitativo ou qualitativo de um indicador.

1) **Objetivos:** referem-se a eventos concretos da realidade social, são indicadores em geral quantitativos, construídos a partir de estatísticas públicas ou registros administrativos;

2) **Subjetivos:** são indicadores qualitativos utilizados para captar percepções, sensações ou opiniões, utilizam técnicas do tipo pesquisas de opinião, grupos focais ou grupos de discussão.

▪ **Indicadores são representações imperfeitas:**

1) Indicadores são representações simplificadas de uma dada realidade, portanto são suscetíveis aos vieses de quem produziu, coletou e/ou interpretou.

2) Não se deve confiar cega e eternamente nas medidas, deve-se periodicamente realizar uma avaliação crítica acerca da adequabilidade dos indicadores selecionados, considerando que, de vez em quando, surgem modelos mais aperfeiçoados baseados em novas teorias.

3) Deve-se confiar nas escolhas realizadas enquanto não surgirem alternativas melhores, mais válidas e aprimoradas, desenvolvidas a partir de pesquisas e trabalhos metodologicamente confiáveis.

▪ **O indicador e a dimensão de interesse não se confundem:**

1) Indicadores apenas apontam, assinalam, indicam como o próprio nome revela. É comum que o foco das ações seja deslocado da realidade com que se deseja trabalhar.

2) Há casos em que primeiro se escolhe o indicador para depois associá-lo a um problema ou demanda. De fato em algumas situações existe forte identificação entre o conceito e o indicador.

3) Porém em geral essa não é a regra, principalmente para conceitos multidimensionais como desenvolvimento humano e qualidade de vida.

▪ **Indicador sintético versus Sistema de Indicadores:**

1) Quando os conceitos são complexos não se pode reduzir a gestão de uma política ou programa à simples apreciação de um indicador sintético.

2) O IDH, IDH-R e IDH-M, por exemplo, são resultados da ponderação de três temas distintos (economia, saúde e educação), busca melhor representar o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país, região e municípios; porém a sua composição mistura um conceito mais sensível às variações conjunturais e de prazo mais curto (PIB per capita) com conceitos estruturais menos sensíveis e de prazo mais longo de evolução (saúde e educação).

3) Assim, uma variação anual positiva do IDH decorrente do aumento do PIB per capita pode, por exemplo, camuflar uma estagnação ou até um retrocesso nas outras dimensões estruturais do índice (saúde e educação).

4) Para uma economia relativamente fechada, o PIB per capita é um bom indicador da renda apropriada pela população local e, portanto, do seu potencial de realização de bem-estar. No entanto, pode ocorrer que grande parte do PIB per capita gerado num município sirva apenas para remunerar fatores de produção pertencentes a indivíduos não residentes no município. Dessa forma, o PIB per capita municipal não representa adequadamente a renda disponível dos moradores do município.

5) Deve-se ter cautela na adoção de índices, pois se por um lado muito bem identificam áreas de ação prioritária, por outro não expressam problemas ou dimensões específicas.

INDICADORES SELECIONADOS

I – DEMOGRAFIA

Razão de Sexo:

Número de homens para cada grupo de 100 mulheres, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Sendo que, se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens e abaixo de 100, há predominância de mulheres. Este indicador é bastante influenciado pelos movimentos migratórios e pela mortalidade diferenciada por sexo e faixa de idade, permitindo vislumbrar uma melhor compreensão das ocorrências dos fenômenos sociais ligados aos movimentos migratórios, mercado de trabalho, estrutura familiar, dentre outros.

Fórmula de Cálculo:

$$RS_t = (PR_{sm,t} / PR_{sf,t}) \times 100$$

Onde: RS_t = Razão de sexo, no ano t ;

$PR_{sm,t}$ = População residente do sexo masculino, no ano t ; e

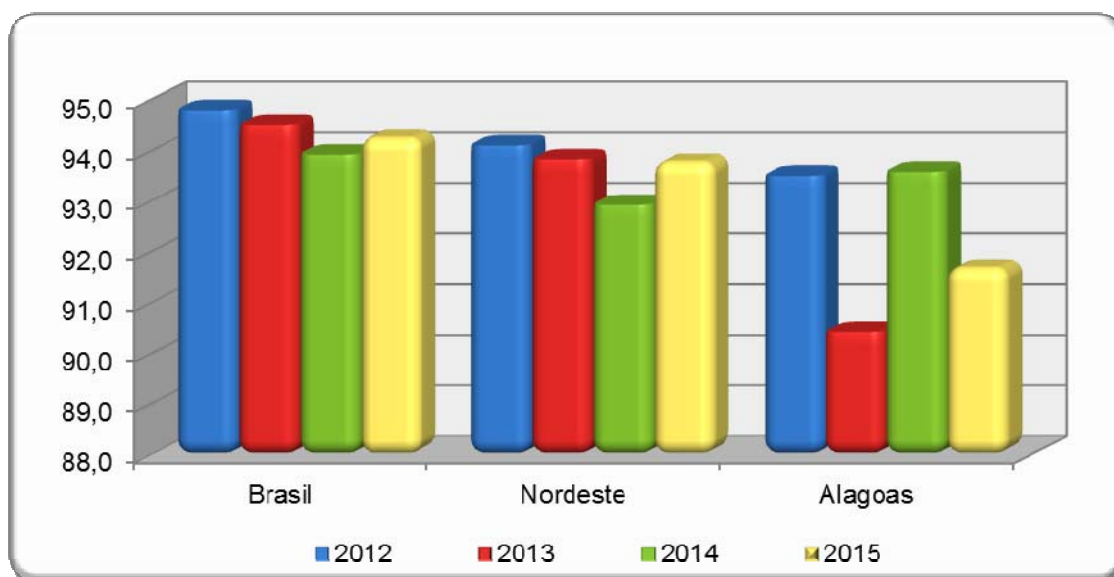
$PR_{sf,t}$ = População residente do sexo feminino, no ano t .

Tabela 1 - Razão de Sexo - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	94,8	94,5	93,9	94,3
Nordeste	94,1	93,8	92,9	93,8
Alagoas	93,5	90,4	93,6	91,7

Fonte: IBGE/PNAD

Figura 1 - Razão de Sexo - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Esperança de Vida ao Nascer:

Número médio de vida esperado para um recém-nascido mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, do ano considerado. O aumento da esperança de vida ao nascer indica, em particular, melhoria das condições no âmbito da saúde pública e na atenção às questões ambientais. É utilizado para monitorar as dimensões humanas relacionadas à qualidade de vida e a longevidade da população. Caracteriza-se por ser uma síntese da mortalidade, uma vez que as pessoas, segundo a faixa etária, estão sujeitas a diferentes riscos e, por conseguinte, distintas causas de mortalidade. É calculada a partir da construção de uma tabela de vida elaborada, especificamente, para cada área geográfica em estudo. Em seguida, toma-se o número correspondente a uma geração inicial de nascimento (I_0) e determina-se o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração (T_0) a idade limite.

Fórmula de Cálculo:

$$EV = (T_0/I_0)$$

Onde: **EV** = Esperança de vida ao nascer;

T₀ = Tempo cumulativo vivido por determinada geração; e

I₀ = Número de nascimentos correspondentes a essa mesma geração.

Tabela 2 - Esperança de Vida ao Nascer – 2012-2015

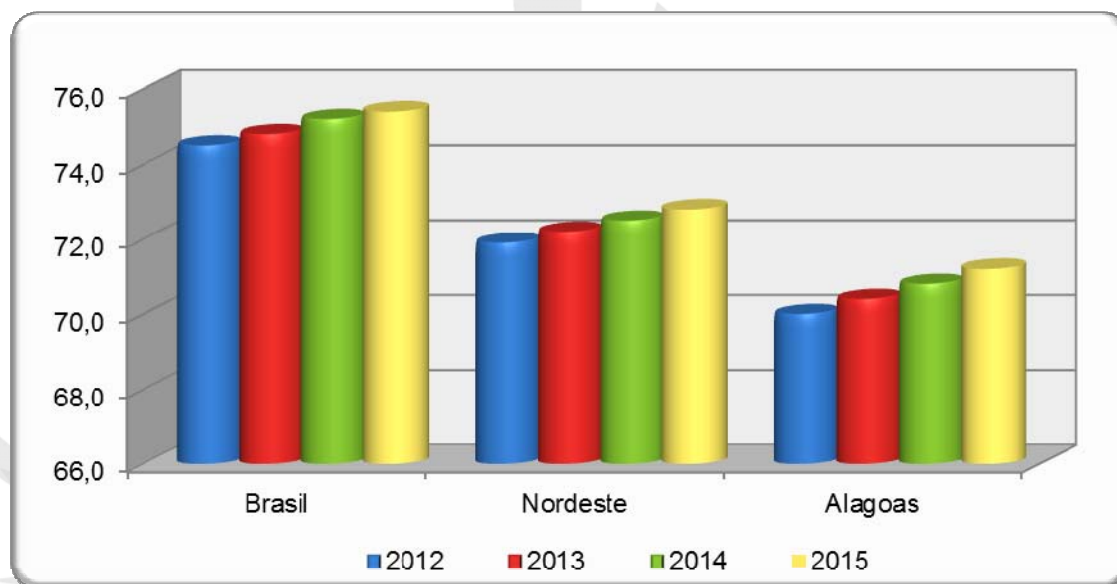
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	74,5	74,8	75,2	75,4
Nordeste	71,9	72,2	72,5	72,8
Alagoas	70,0	70,4	70,8	71,2

Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Dados modificados pela fonte

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 2 - Esperança de Vida ao Nascer – 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Dados modificados pela fonte

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Densidade Demográfica:

É a medida expressa pela relação entre a população residente e a superfície do território, isto é, o número de habitantes por quilômetros quadrados. O que

permite dimensionar e avaliar as áreas que estão densamente povoadas, a intensidade da ocupação e do uso da infraestrutura urbana por uma população. Propicia aos gestores públicos subsidiar política de uso e ocupação do solo e projeções demográficas que orientem o redimensionamento da oferta de serviços, entre outras aplicações.

Fórmula de Cálculo:

$$DD_t = (PR_t / \text{Área Km}^2)$$

Onde: DD_t = Densidade demográfica, no ano t ; e

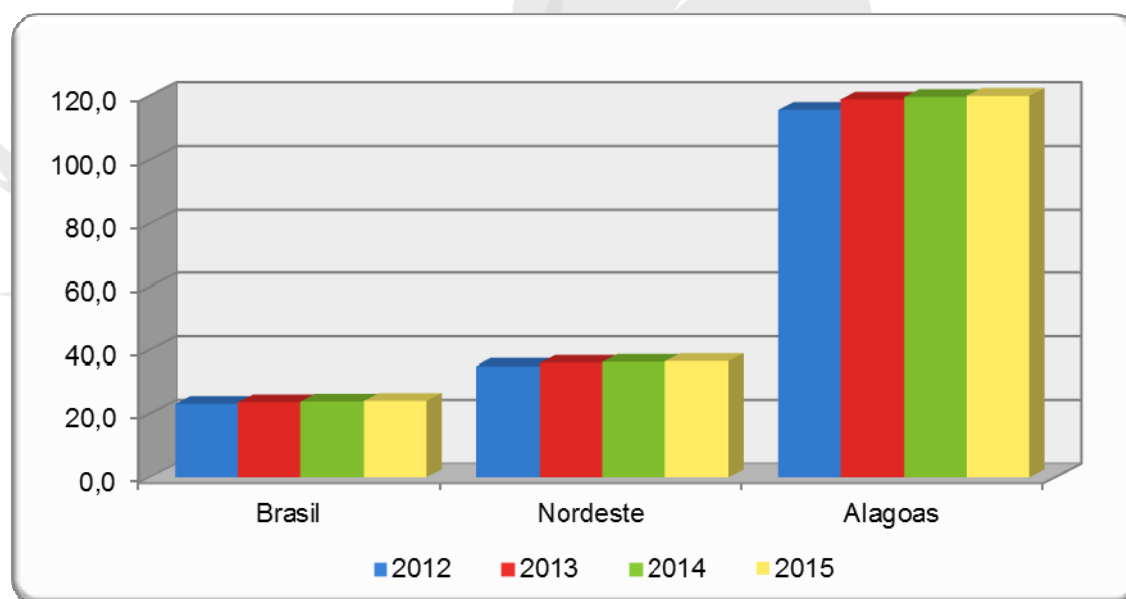
PR_t = População residente, no ano t .

Tabela 3- Densidade Demográfica – 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	23,1	23,6	23,8	24,0
Nordeste	35,0	35,9	36,1	36,4
Alagoas	115,5	118,8	119,6	120,0

Fonte: IBGE/PNAD

Figura 3 - Densidade Demográfica 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Razão de Dependência:

É a medida expressa pela relação entre a população residente que, pela idade que possui, pertenceria à condição inativa (grupo de 0 a 14 e 65 anos e mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade). Este indicador permite estabelecer, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva. Além disso, é possível verificar o envelhecimento da população ocasionado pela baixa natalidade, permitindo o governo planejar ações sociais no sentido de proteger o volume de idosos no futuro.

Fórmula de Cálculo:

$$RD_t = [(P_{0-14a.i} + P_{65e+a.i})_t / (P_{15-64a.i})_t] * 100$$

Onde: RD_t = Razão de dependência, no ano t ;

$(P_{0-14a.i})_t$ = População residente, de **0 a 14** anos de idade, no ano t ;

$(P_{65e+a.i})_t$ = População de **65** anos e mais de idade, no ano t ; e

$(P_{15-64a.i})_t$ = População de **15 a 64** anos de idade, no ano t .

Tabela 4 - Razão de Dependência – 2012-2015

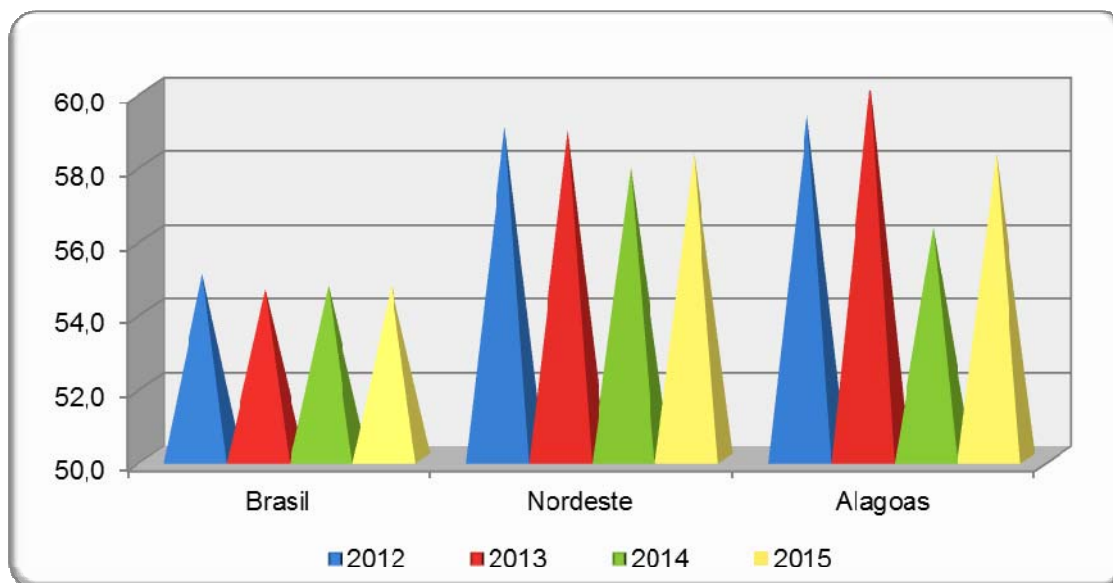
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	55,0	54,6	54,7	54,7
Nordeste	59,0	58,9	57,9	58,3
Alagoas	59,3	60,2	56,3	58,3

Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Dados retificados

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 4 - Razão de Dependência - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Dados retificados

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

II – EDUCAÇÃO

Taxa de Atendimento Escolar:

A taxa de atendimento escolar ou taxa de frequência escolar por grupo etário capta a proporção da população em uma determinada faixa etária que frequenta escola, podendo avaliar a capacidade do sistema de ensino de manter as crianças e adolescentes nas escolas. Normalmente, considera-se a faixa etária adequada para se cursar determinado grau, ou seja, 04 a 06 anos para o ensino infantil, 07 a 14 para o ensino fundamental, 15 a 17 para o ensino médio e 18 a 22-24 anos para o ensino superior. A fórmula que expressa esse indicador é mostrada a seguir, podendo ser utilizada para o cálculo de todas as faixas etárias:

Fórmula de Cálculo:

$$TAE_t = (MAT_t / P_t) \times 100$$

Onde: TAE_t = Taxa de atendimento escolar para determinada faixa etária, no ano t ;

MAT_t = Matrícula em todos os níveis de ensino na faixa etária selecionada, no ano t

P_t = População na mesma faixa etária, no ano t .

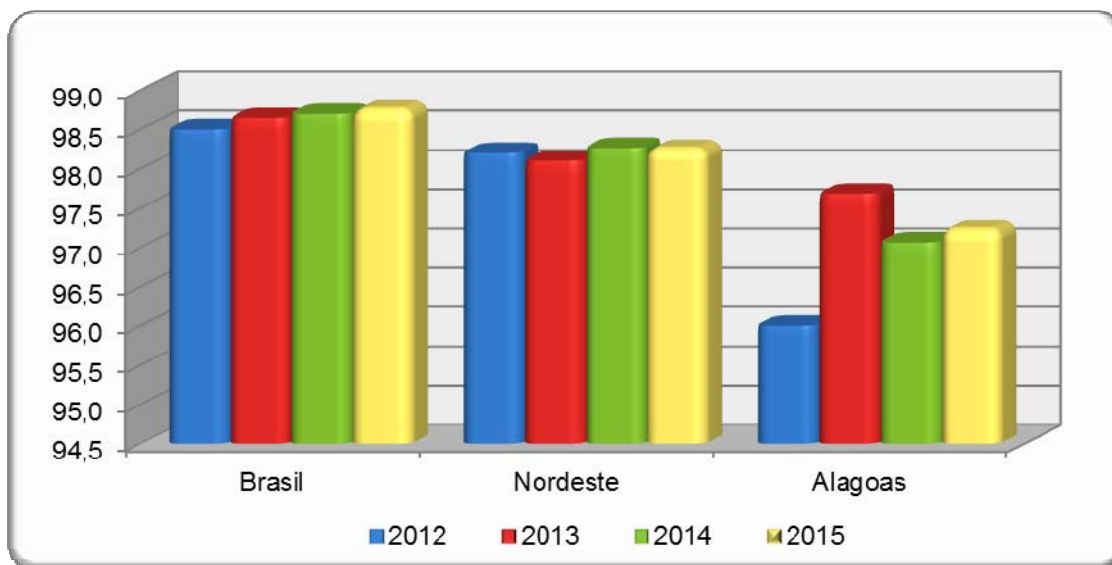
Tabela 5 - Taxa de Atendimento Escolar de 07 a 14 Anos de Idade – 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	98,5	98,6	98,7	98,8
Nordeste	98,2	98,1	98,3	98,3
Alagoas	96,0	97,7	97,1	97,2

Fonte: IBGE/PNAD/ INEP

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 5 - Taxa de Atendimento Escolar de 07 a 14 Anos de Idade - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

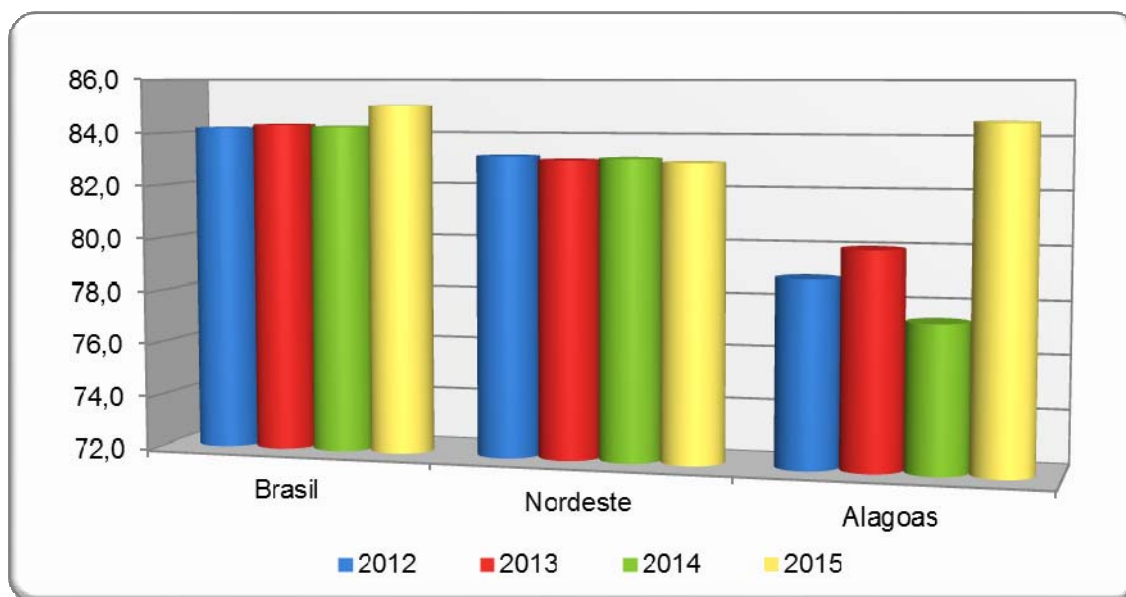
Tabela 6 - Taxa de Atendimento Escolar de 15 a 17 Anos de Idade – 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	84,2	84,3	84,3	85,0
Nordeste	83,2	83,1	83,2	83,0
Alagoas	78,9	80,0	77,4	84,5

Fonte: IBGE/PNAD/ INEP

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 6 - Taxa de Atendimento Escolar de 15 a 17 Anos de Idade – 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD/ INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Distorção Idade-Série:

Percentual de alunos, em cada série, com idade superior a idade recomendada, ou seja, quando o aluno tem idade igual ou superior a dois anos de idade recomendada. Considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para o ingresso no ensino fundamental e de 15 anos para o ingresso no ensino médio. Este indicador é utilizado para medir o fluxo escolar e a eficiência do sistema na promoção dos alunos, ou seja, este indicador demonstra problemas relacionados, principalmente, com alta repetência em determinada série, com graves consequências para os níveis de escolaridade da população. Portanto, é utilizado no acompanhamento da distorção nos níveis formais de ensino, fundamental e médio.

Fórmula de Cálculo:

$$TDIS_{n,t} = (\Sigma M_{x,n,s,t} / TM_{n,s,t}) \times 100$$

Onde: $TDIS_{n,t}$ = Taxa de distorção idade-série no nível de ensino n , no ano t ;

$\Sigma M_{x,n,s,t}$ = Somatório da matrícula do grupo de idade **x**, superior a recomendada para o nível de ensino **n**, no grupo de séries **s**, no ano **t**; e

$TM_{n,s,t}$ = Total da matrícula no nível de ensino **n**, no grupo de séries **s**, no ano **t**.

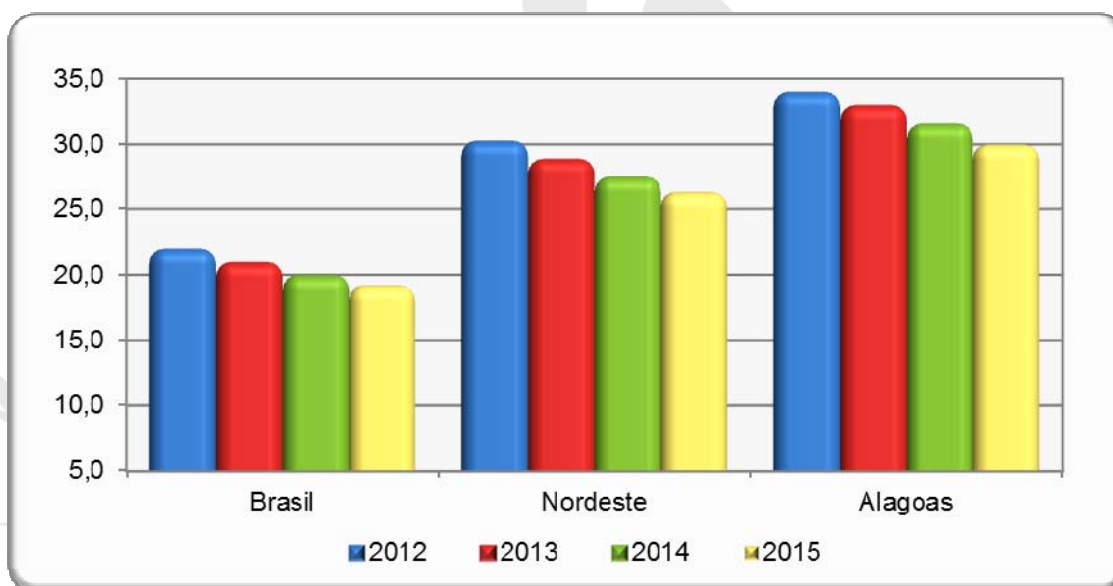
Tabela 7 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	22,0	21,0	20,0	19,2
Nordeste	30,3	28,9	27,5	26,3
Alagoas	34,0	33,0	31,6	30,0

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 7 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

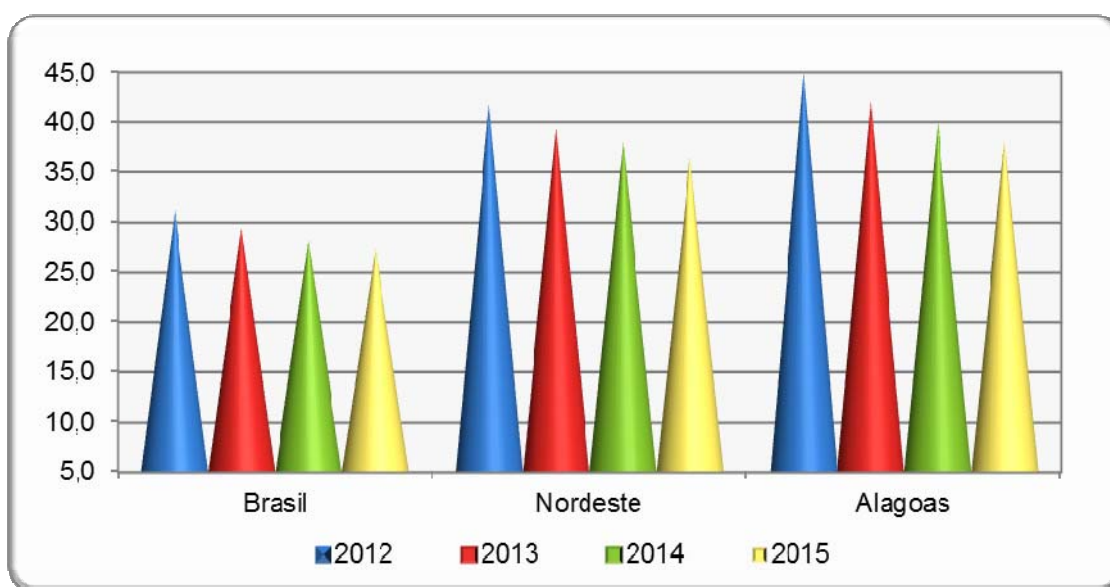
Tabela 8 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	31,1	29,5	28,2	27,4
Nordeste	41,8	39,4	38,0	36,5
Alagoas	45,0	42,1	40,0	38,2

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 8 - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio - 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Abandono/Evasão:

É a proporção de alunos da matrícula total na série s , no ano t , que abandonaram a escola, durante o ano letivo, ou seja, alunos que abandonaram o curso durante o ano letivo, subtraindo-se os transferidos. Representa a perda de alunos por abandono, do sistema educacional em cada série e nível de ensino durante o ano.

As causas da evasão escolar são variadas, tais como: condições socioeconômicas, culturais, geográfica, baixa qualidade do ensino, escola

distante de casa, falta de transporte escolar, falta de interesse, doenças/dificuldades dos alunos, ajudar os pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar e proibição dos pais de ir à escola.

Fórmula de Cálculo:

$$TEB_{n,t} = (\Sigma AE_{n,s,t} - \Sigma AT_{n,s,t} / TM_{n,s,t}) \times 100$$

Onde: $TEB_{n,t}$ = Taxa de evasão bruta no nível de ensino n , no ano t ;

$\Sigma AE_{n,s,t}$ = Somatório dos alunos evadidos do nível de ensino n , no grupo de séries s , no ano t ;

$\Sigma AT_{n,s,t}$ = Somatório dos alunos transferidos do nível de ensino n , no grupo de séries s , no ano t ; e

$TM_{n,s,t}$ = Total da matrícula no nível de ensino n , no grupo de séries s , no ano t .

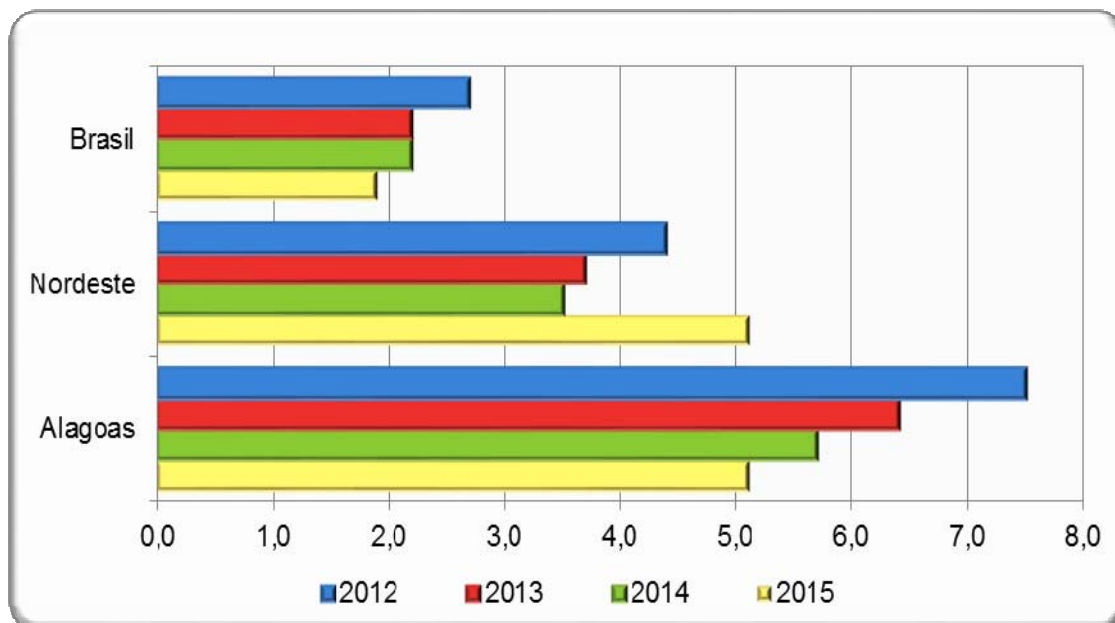
Tabela 9 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Fundamental - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	2,7	2,2	2,2	1,9
Nordeste	4,4	3,7	3,5	3,1
Alagoas	7,5	6,4	5,7	5,1

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 9 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Fundamental - 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

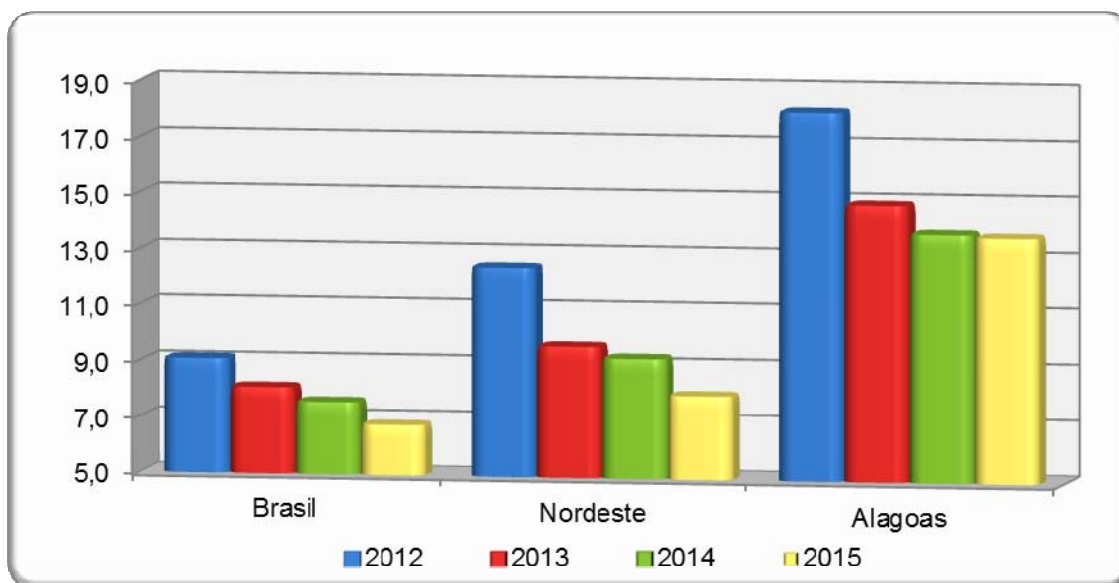
Tabela 10 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Médio - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	9,1	8,1	7,6	6,8
Nordeste	12,5	9,7	9,3	8,0
Alagoas	18,2	14,9	13,9	13,8

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 10 - Taxa de Abandono/Evasão no Ensino Médio - 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Aprovação:

Expressa o percentual de alunos aprovados matriculados em determinado nível de ensino, em relação à matrícula total, desse mesmo nível de ensino. Esse indicador é utilizado para avaliar o nível de eficiência do ensino, ministrado nas escolas, visto que, a aprovação também é resultado da conjuntura socioeconômica e cultural de uma região e ou país. A repetência só é vista como admissível nos casos de imaturidade, quando a criança precisa de um tempo maior para compreender conceitos básicos.

Fórmula de Cálculo:

$$TAP_{n,t} = (\Sigma AP_{n,t} / MT_t) \times 100$$

Onde: $TAP_{n,t}$ = Taxa de aprovados no nível de ensino n , no ano t ;

$AP_{n,t}$ = Aprovados no nível de ensino n , no ano t ;

MT_t = Matrícula total no ano t .

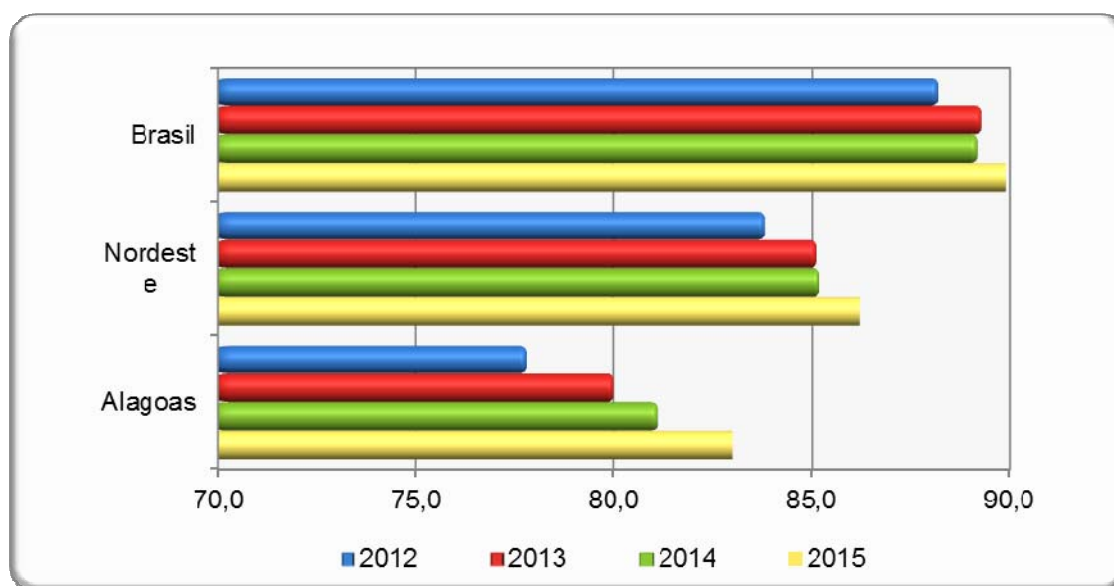
Tabela 11 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental – 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	88,2	89,3	89,2	89,9
Nordeste	83,8	85,1	85,2	86,2
Alagoas	77,8	80,0	81,1	83,0

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 11 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental – 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

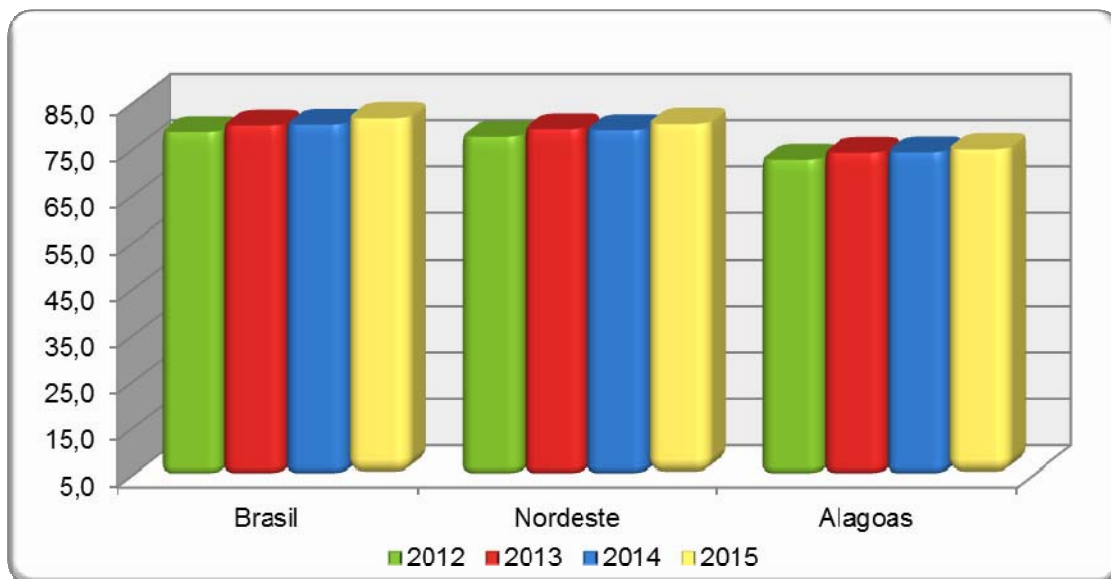
Tabela 12 - Taxa de Aprovação no Ensino Médio Regular – 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	78,7	80,1	80,3	81,7
Nordeste	77,7	79,3	79,1	80,5
Alagoas	72,7	74,2	74,3	75,0

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 12 - Taxa de Aprovação no Ensino Médio Regular – 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Reprovação Bruta:

É a relação entre o número de alunos reprovados e a matrícula total. Mede a perda por reprovação do sistema educacional em cada série e nível de ensino (fundamental e médio) durante o ano. Esse indicador permite avaliar, parcialmente, a qualidade do ensino que é ministrado no momento. É um tema bastante complexo, pois envolve questões educacionais, familiares, culturais e até mesmo emocionais.

Fórmula de Cálculo:

$$TRB_{n,t} = (\Sigma R_{s,n,t} / MT_{s,n,t}) \times 100$$

Onde: $TRB_{n,t}$ = Taxa de reprovação bruta no nível de ensino n , no ano t ;

$\Sigma R_{s,n,t}$ = Somatório dos reprovados do grupo de séries s , do nível de ensino n , no ano t ; e

$MT_{s,n,t}$ = Matrícula Total, do grupo de séries s , no nível de ensino n , no ano t .

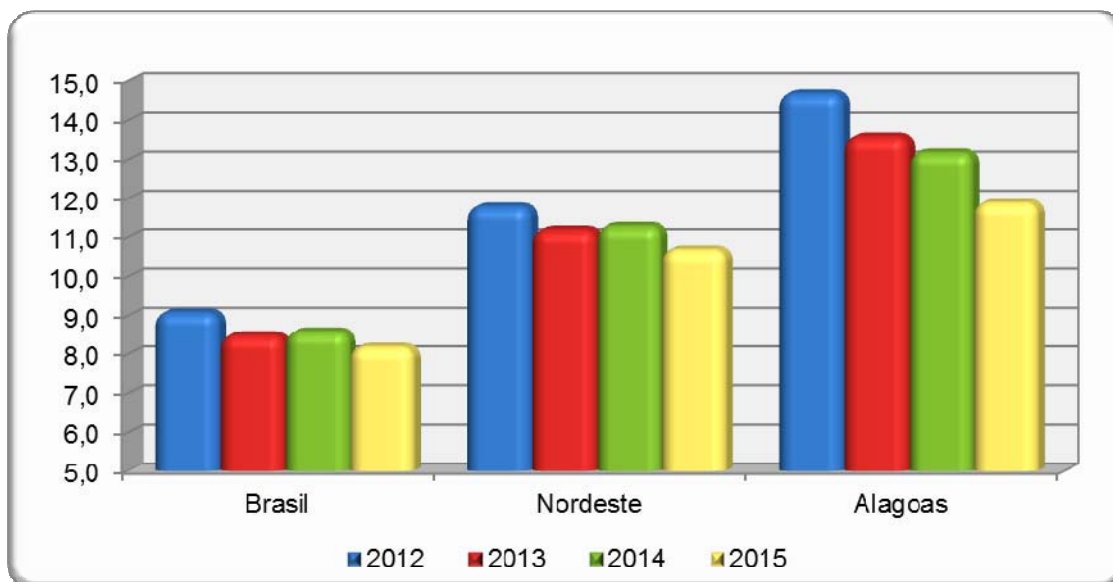
Tabela 13 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Fundamental – 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	9,1	8,5	8,6	8,2
Nordeste	11,8	11,2	11,3	10,7
Alagoas	14,7	13,6	13,2	11,9

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 13 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Fundamental – 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

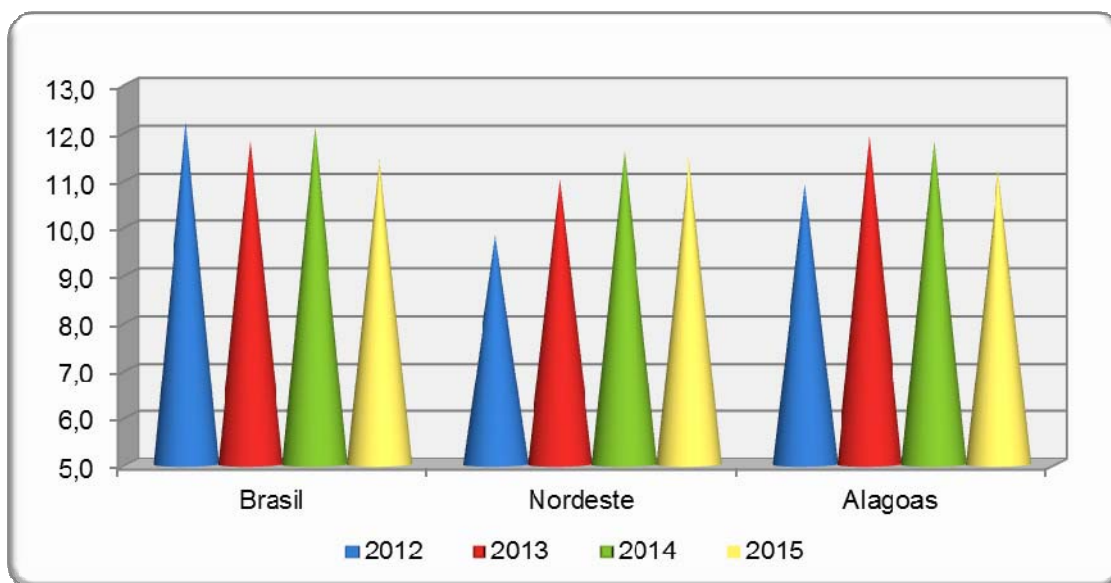
Tabela 14 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Médio Regular – 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	12,2	11,8	12,1	11,5
Nordeste	9,8	11,0	11,6	11,5
Alagoas	10,9	11,9	11,8	11,2

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 14 - Taxa de Reprovação Bruta no Ensino Médio Regular – 2012-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Analfabetismo:

Representa o quociente entre a população analfabeta e a população total de um mesmo grupo etário. Geralmente, calcula-se essa taxa para as pessoas com 10 anos ou mais de idade (mais utilizada pelo IBGE) ou com 15 anos ou mais de idade (mais utilizada pelo INEP), mas existem inúmeras outras possibilidades. Cabe lembrar que na Constituição Federal de 1988 (artigo 60 e seu § 6º) consta a necessidade de erradicar o analfabetismo. Considera-se analfabeto aquele indivíduo que é incapaz de ler e escrever ao menos um bilhete simples na sua língua de origem. Nos questionários das PNADs e dos Censos Demográficos ele é captado pela pergunta “Sabe ler e escrever?”. Aquele que responde “não” é considerado analfabeto.

Este indicador pode ser utilizado como proxy das condições socioeconômicas da população, bem como auxiliar o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas na área de educação. É importante também para os gestores da área de saúde, visto que pessoas não alfabetizadas necessitam de acompanhamento especial de abordagem das ações de promoção e recuperação da saúde.

Fórmula de Cálculo:

$$TA_t = (P_{ana.,t}/PT_t) \times 100$$

Onde: TA_t = Taxa de analfabetos, no ano t ;

$P_{ana.,t}$ = População analfabeta de um determinado grupo etário, no ano t ;
e

PT_t = População total nesse mesmo grupo etário, no ano t .

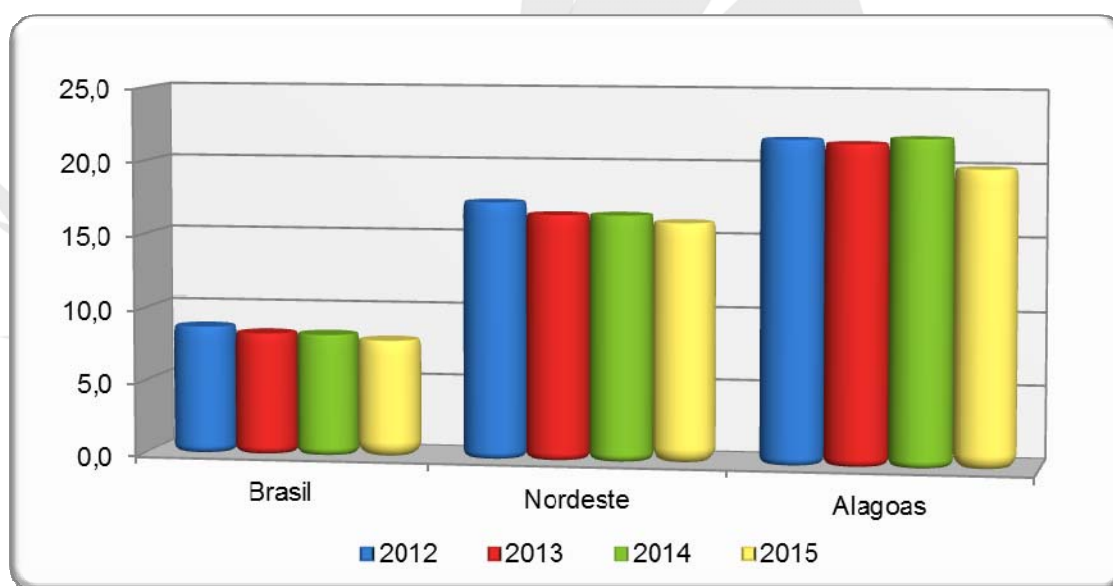
Tabela 15 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos de Idade ou Mais - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	8,7	8,3	8,3	8,0
Nordeste	17,4	16,6	16,6	16,2
Alagoas	21,8	21,6	22,0	20,0

Fonte: IBGE/PNAD

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 15 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos de Idade ou Mais - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:

Criado pelo INEP em 2007 combina num só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e a média de desempenho nas avaliações. Por meio de seus resultados é possível traçar metas de qualidade educacional. Calculados a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho nas avaliações do INEP.

Fórmula de Cálculo:

$$IDEB_{j,i} = N_{j,i} * P_{j,i}$$

Sendo:

$$0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

Onde: j = Unidade de ensino;

i = Ano do exame (Saeb) e do censo escolar;

$IDEB_{j,i}$ = Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da unidade de ensino j , no ano i ;

$N_{j,i}$ = Média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre **0** e **10**, dos alunos da unidade j , no ano do exame i , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino; e

$P_{j,i}$ = Indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapas de ensino dos alunos da unidade j , no ano do exame i .

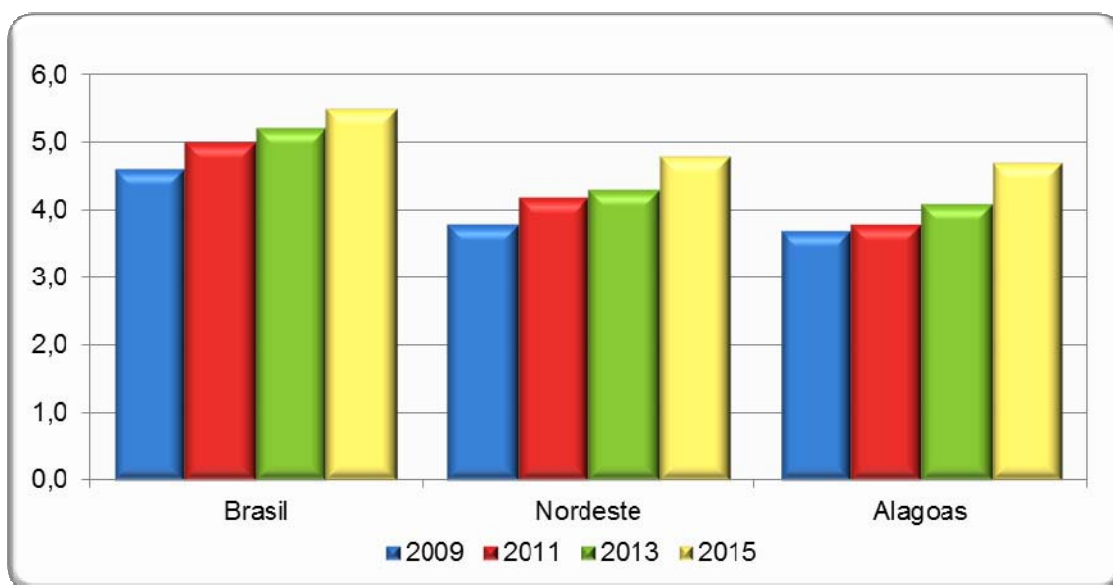
Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos iniciais) – 2009-2011-2013-2015

BR/NE/AL	2009	2011	2013	2015
Brasil	4,6	5,0	5,2	5,5
Nordeste	3,8	4,2	4,3	4,8
Alagoas	3,7	3,8	4,1	4,7

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 16 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos iniciais) – 2009-2011-2013-2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

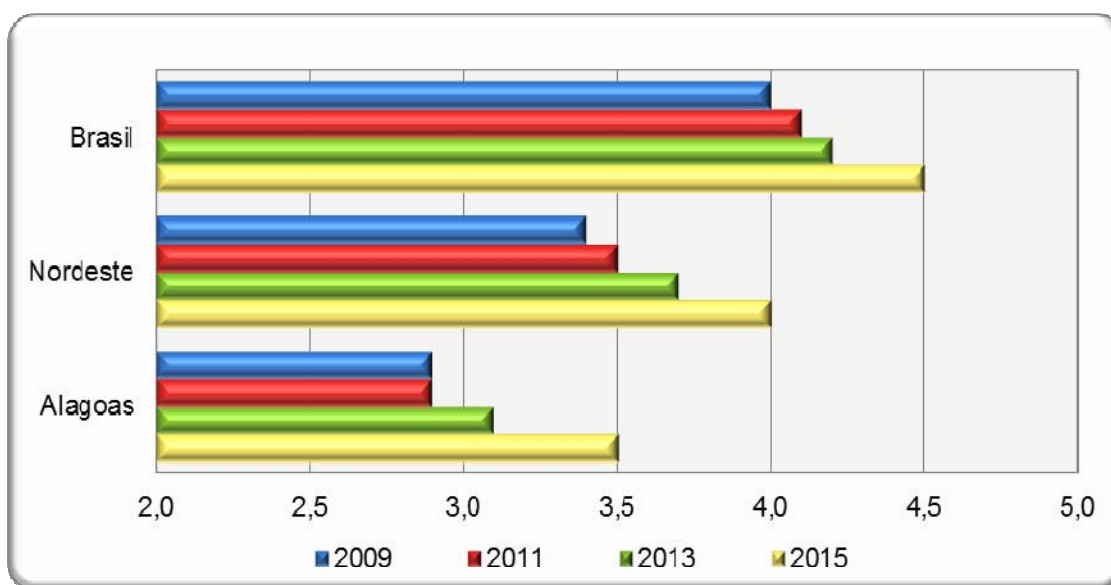
Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos finais) - 2009/2011/2013/2015

BR/NE/AL	2009	2011	2013	2015
Brasil	4,0	4,1	4,2	4,5
Nordeste	3,4	3,5	3,7	4,0
Alagoas	2,9	2,9	3,1	3,5

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (anos finais) - 2009/2011/2013/2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

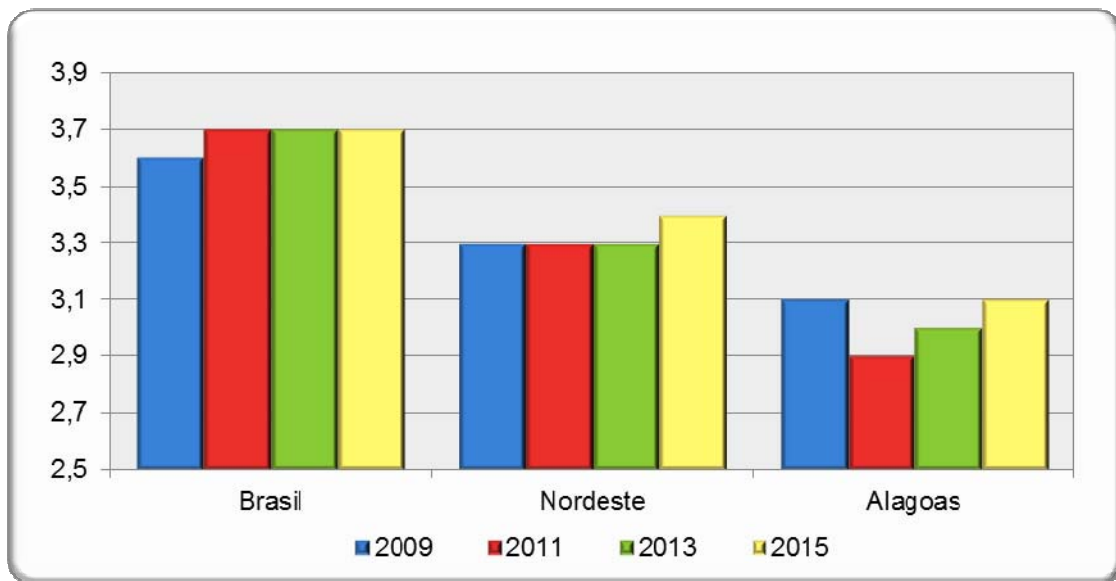
Tabela 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Médio Regular - 2009/2011/2013/2015

BR/NE/AL	2009	2011	2013	2015
Brasil	3,6	3,7	3,7	3,7
Nordeste	3,3	3,2	3,3	3,4
Alagoas	3,1	2,9	3,0	3,1

Fonte: INEP

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Médio Regular - 2009/2011/2013/2015



Fonte: INEP

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

III- SAÚDE

Médicos, por mil habitantes:

Este indicador tem como função examinar a distribuição dos médicos, por meio das variações geográficas e temporais, sinalizando possíveis e eventuais iniquidades, balizando ações e estudos focados com ênfase nos serviços de saúde, subsidiando, inclusive, a gestão no ciclo de planejamento, auxiliando ademais na identificação de lacunas na formação destes profissionais e sua efetiva inserção no mercado de trabalho. Apresenta, contudo, algumas limitações como a inexistência de padrões nacionais e internacionais validados, ocorrências de imprecisões, visto a possibilidade de duplicação no registro destes profissionais.

Fórmula de Cálculo:

$$M/Hab_t = (M_t/PT_t) \times 1000$$

Onde: M/Hab_t = Médicos por mil habitantes, no ano t ;

M_t = Número de médicos em atividade, no ano t ; e

PT_t = População total residente, no ano t ;

Tabela 19 - Número de Médicos em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015

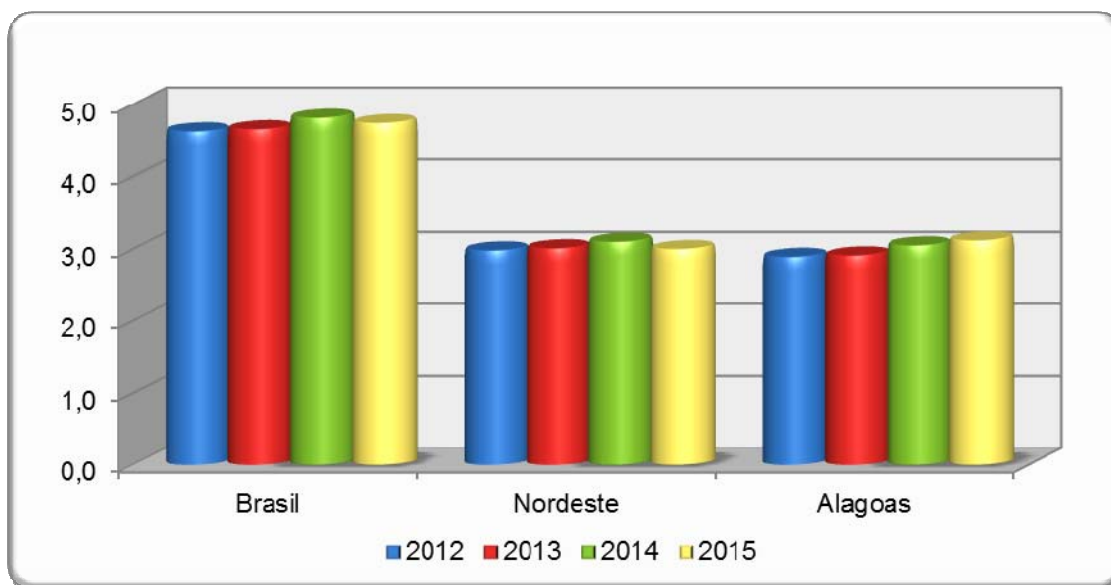
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	4,6	4,7	4,8	4,7
Nordeste	3,0	3,0	3,1	3,0
Alagoas	2,9	2,9	3,1	3,1

Fonte: DATASUS/ IBGE

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 19 - Número de Médicos em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015



Fonte: DATASUS/ IBGE

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Enfermeiros, por mil habitantes:

A percepção de ocorrências que deprimam o acesso a serviços de saúde devido a falta ou carência de profissionais surge como um dos objetivos deste indicador, visto que o mesmo examina a distribuição espacial e temporal do profissional enfermeiro, identificando, entre outros, concentrações e vazios na oferta deste profissional, colaborando desta maneira para os gestores por meio destes registros estatísticos possam, dentro de uma realidade, prospectar políticas públicas de atendimento a saúde observando a dinâmica de pessoal. Exibe, entretanto, algumas restrições tais como: Não discriminação entre profissionais em atividade assistencial e gerencial, dificuldade na verificação de processos para verificação do efetivo exercício da atividade profissional.

Fórmula de Cálculo:

$$E/Hab_t = (E_t/PT_t) \times 1000$$

Onde: E/Hab_t = Enfermeiros por mil habitantes, no ano t ;

E_t = Número de enfermeiros em atividade, no ano t ; e

PT_t = População total residente, no ano t ;

Tabela 20 - Número de Enfermeiros em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015

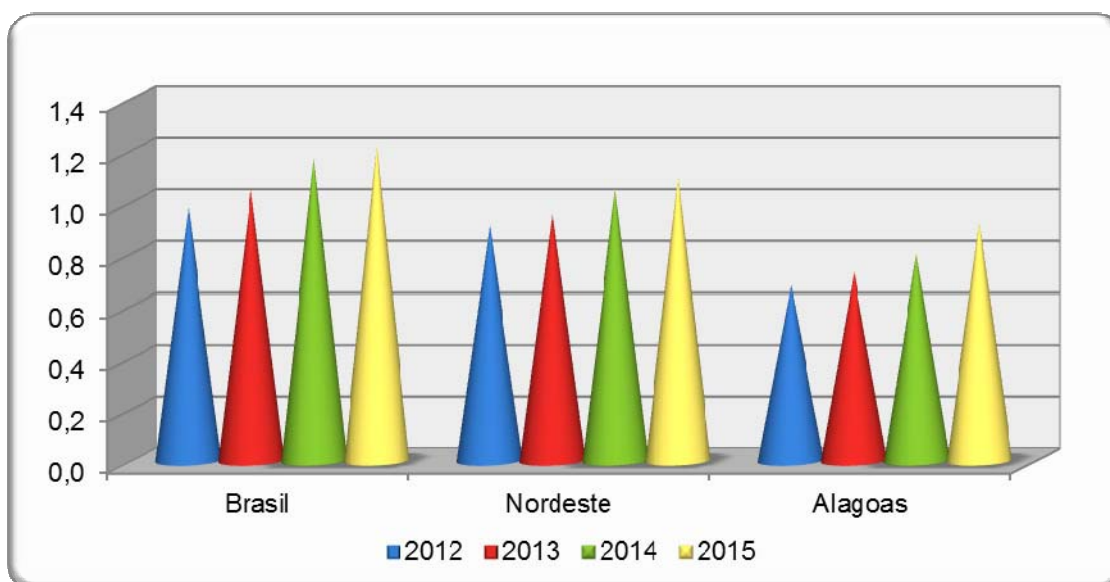
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	1,0	1,1	1,2	1,2
Nordeste	0,9	1,0	1,1	1,1
Alagoas	0,7	0,7	0,8	0,9

Fonte: DATASUS/ IBGE

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 20 - Número de Enfermeiros em Atividade, por mil habitantes – 2012-2015



Fonte: DATASUS/ IBGE

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Consultas médicas, por habitante:

Este indicador tem como objetivo examinar como está se processando o atendimento a população que utiliza o Sistema Único de Saúde – SUS por meio de consultas médicas, verificando a relação entre estas consultas e a população residente em uma mesma área geográfica. Subsidiaria, conjuntamente, a gestão no processo de avaliação da política pública direcionada a assistência médica tendo o SUS como responsável. Procura

também compreender se o volume de produção de consultas está adequado às necessidades da população. Revela, todavia, imperfeições uma vez que desconsidera consultas médicas sem vínculo com o SUS, não obstante ter como de denominador a população residente, e incluir consultas médicas em pessoas não residentes mesmo que estas não estejam contidas no denominador deste indicador.

Fórmula de Cálculo:

$$CM/Hab_t = E_t/PT_t$$

Onde: CM/Hab_t = Número de consultas médicas (SUS) por habitante, no ano t ;

TCM_t = Número total de consultas médicas apresentadas ao SUS, no ano t ; e

PT_t = População total residente, no ano t ;

Tabela 21 - Número de Consultas Médicas (SUS), por habitante – 2009-2012

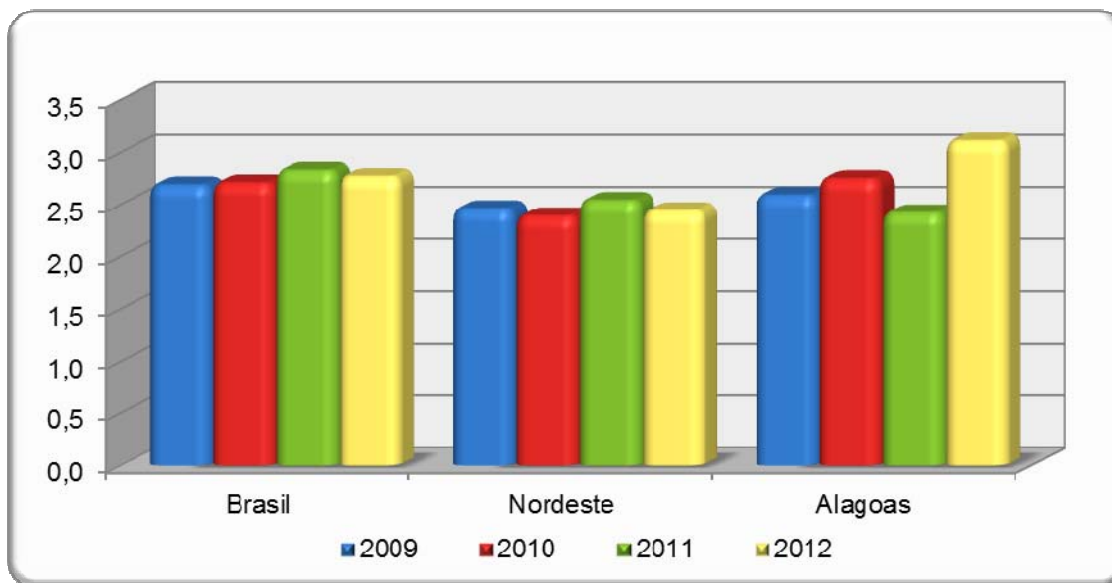
BR/NE/AL	2009	2010	2011	2012
Brasil	2,7	2,7	2,8	2,8
Nordeste	2,5	2,4	2,5	2,4
Alagoas	2,6	2,8	2,4	3,1

Fonte: DATASUS/ IBGE

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 21 - Número de Consultas Médicas (SUS), por habitante – 2009-2012



Fonte: DATASUS/ IBGE

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Leitos Hospitalares, por mil habitantes:

Reflete o número de leitos hospitalares públicos e privados (vinculados ou não ao SUS), por mil habitantes, em determinado espaço geográfico no ano considerado. Esse indicador permite avaliar e equacionar a demanda de pacientes em relação ao número de oferta de leitos. O número de leitos hospitalares à disposição de uma comunidade representa importante fator de limitação do nível de assistência médica que lhe é possível oferecer. Uma dificuldade inicial, em termos de realidade "brasileira", é a carência de estudos capazes de indicar os quantitativos de leitos hospitalares necessários ao atendimento da população. Mesmo com essa limitação, alguns estudos apontam como necessidade mínima o número de 4 a 5 leitos por 1.000 habitantes.

Fórmula de Cálculo:

$$LH/Hab_t = (LH_{PP,t}/PT_t) \times 1000$$

Onde: LH/Hab_t = Leitos hospitalares por 1.000 habitantes, no ano t ;

$LH_{PP,t}$ = Total de leitos hospitalares públicos e privados, no ano t ; e

PT_t = População total residente, no ano t .

Tabela 22- Leitos Hospitalares Existentes, por mil habitantes – 2012-2015

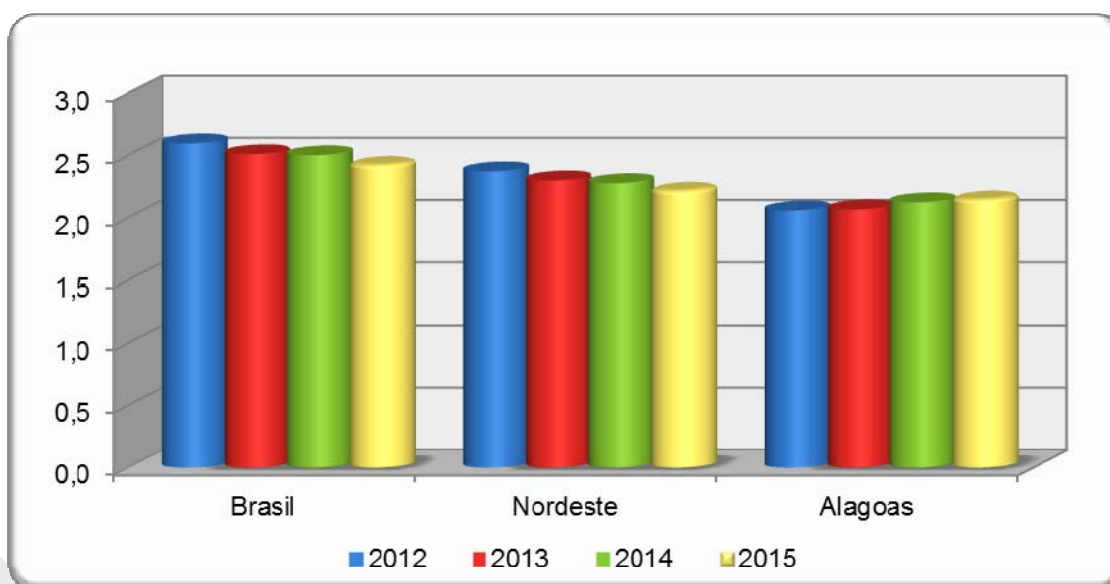
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	2,6	2,5	2,5	2,4
Nordeste	2,4	2,3	2,3	2,2
Alagoas	2,1	2,1	2,1	2,1

Fonte: DATASUS/ IBGE

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 22 - Leitos Hospitalares Existentes, por mil habitantes – 2012-2015



Fonte: DATASUS/ IBGE

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Mortalidade Infantil, por mil Nascidos Vivos:

É um importante indicador das condições ambientais e socioeconômicas de uma população. Está estritamente relacionada ao rendimento familiar, ao nível de fecundidade, à escolaridade das mães, à nutrição e ao saneamento ambiental. Pode também contribuir para uma avaliação da disponibilidade e do acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde, como a atenção pré-

natal e ao parto, a cobertura vacinal contra doenças infecciosas infantis, a disponibilidade de saneamento básico, entre outros. A taxa de mortalidade infantil é definida como o número de óbitos de menores de um ano de idade (por mil nascidos vivos), em determinada área geográfica e período, e interpreta-se como a estimativa do risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são classificadas pela Organização Mundial de Saúde - OMS em: altas (50 por 1.000 ou mais), médias (20-49 por 1.000) e baixas (menores que 20 por 1.000).

Fórmula de Cálculo:

$$TMI_t = (O_{-1ano,t} / NV_t) \times 1000$$

Onde: TMI_t = Taxa de mortalidade infantil, no ano t ,

$O_{-1ano,t}$ = Óbitos de crianças com menos de um ano de idade, no ano t ; e

NV_t = Nascidos vivos, no ano t .

Tabela 23 - Taxa de Mortalidade Infantil, por mil Nascidos Vivos – 2011-2014

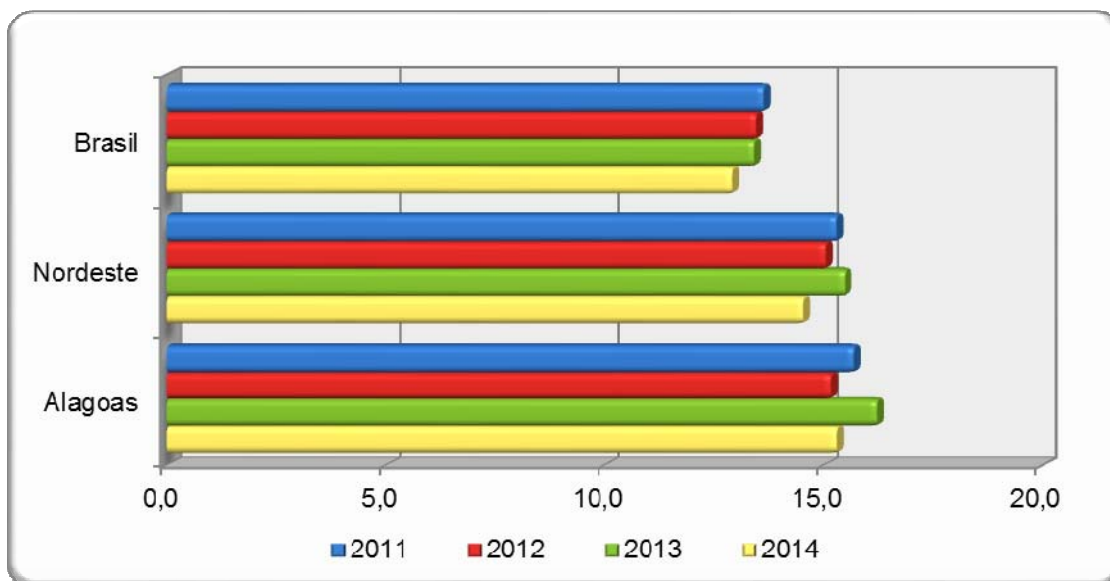
BR/NE/AL	2011	2012	2013	2014
Brasil	13,6	13,5	13,4	12,9
Nordeste	15,3	15,0	15,5	15,5
Alagoas	15,7	15,2	16,2	15,3

Fonte: DATASUS

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 23 - Taxa de Mortalidade Infantil, por mil Nascidos Vivos – 2011-2014



Fonte: DATASUS/Pacto pela Saúde

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Cobertura da Equipe da Atenção Básica da Família:

Expressa o percentual da cobertura da população atendida pela Atenção Básica da Família, num determinado espaço geográfico. Esse indicador é utilizado para acompanhar a evolução da cobertura da EABF, cujo objetivo é monitorar a atenção primária à população usuária do SUS. O Programa Saúde da Família no Brasil é minimamente composto por uma equipe de saúde, que é formada desde o início de sua implementação por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e quatro a seis agentes comunitários de saúde. A partir do ano 2000, foram incluídas as equipes de saúde bucal.

Fórmula de Cálculo:

$$C(EABF)_t = (ESF_t \times 3000) / P_t \times 100$$

Onde: $C(EABF)_t$ = Cobertura da Equipe da Atenção Básica da Família, no ano t ;

ESF_t = Nº de equipes de saúde da família, no ano t ;

3000 = Parâmetro adotado pelo SUS; e

P_t = População residente, no ano t .

Tabela 24 - Cobertura da Equipe da Atenção Básica da Família - 2012-2015

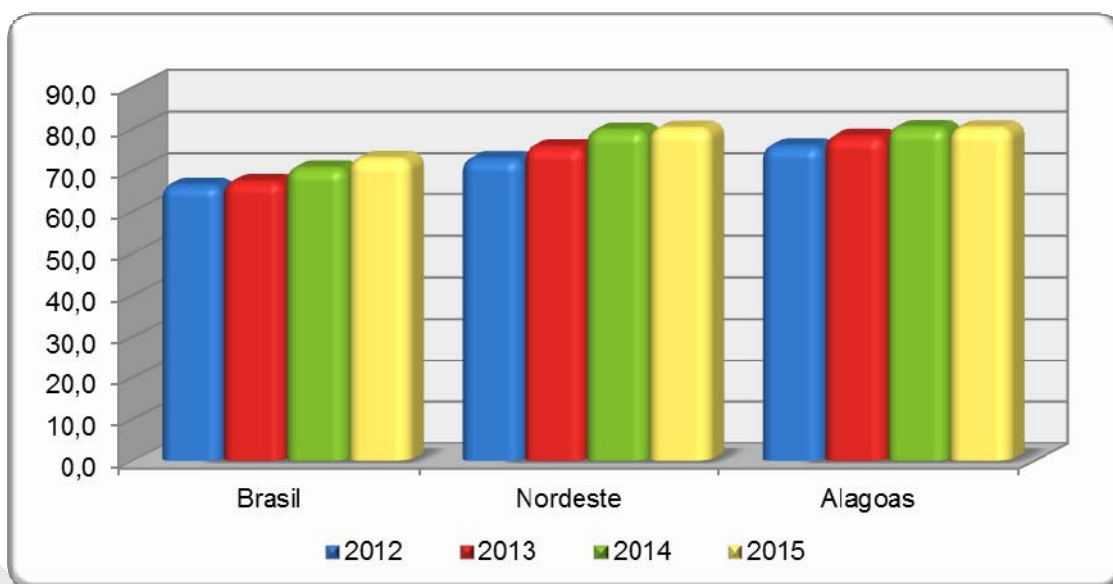
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	66,6	67,5	70,8	73,0
Nordeste	73,0	75,8	79,8	80,3
Alagoas	76,0	78,3	80,4	80,3

Fonte: DATASUS

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 24 - Cobertura da Equipe da Atenção Básica da Família - 2012-2015



Fonte: DATASUS

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

IV- INFRAESTRUTURA

Taxa de Domicílios com Energia Elétrica:

A taxa de domicílios particulares permanentes com energia elétrica proveniente de distribuidora é calculado pela razão entre o número de domicílios ligados a rede de distribuição de energia elétrica e o total de domicílios particulares permanentes. O consumo de energia pode ser associado ao grau de desenvolvimento em determinada área geográfica. Entretanto, a produção, o consumo e os subprodutos resultantes da oferta de energia exercem pressões sobre o meio ambiente e os recursos naturais. Portanto, deve-se atender às demandas energéticas com estratégias eficientes no uso das fontes renováveis, compatibilizando a oferta de energia com a proteção ambiental.

Fórmula de Cálculo:

$$TD/EE_t = (DEE_t / TD_t) \times 100$$

Onde: TD/EE_t = Taxa de domicílios com energia elétrica, no ano t ;

DEE_t = Número de domicílios ligados a rede de distribuição de energia elétrica, no ano t ; e

TD_t = Total de domicílios, no ano t .

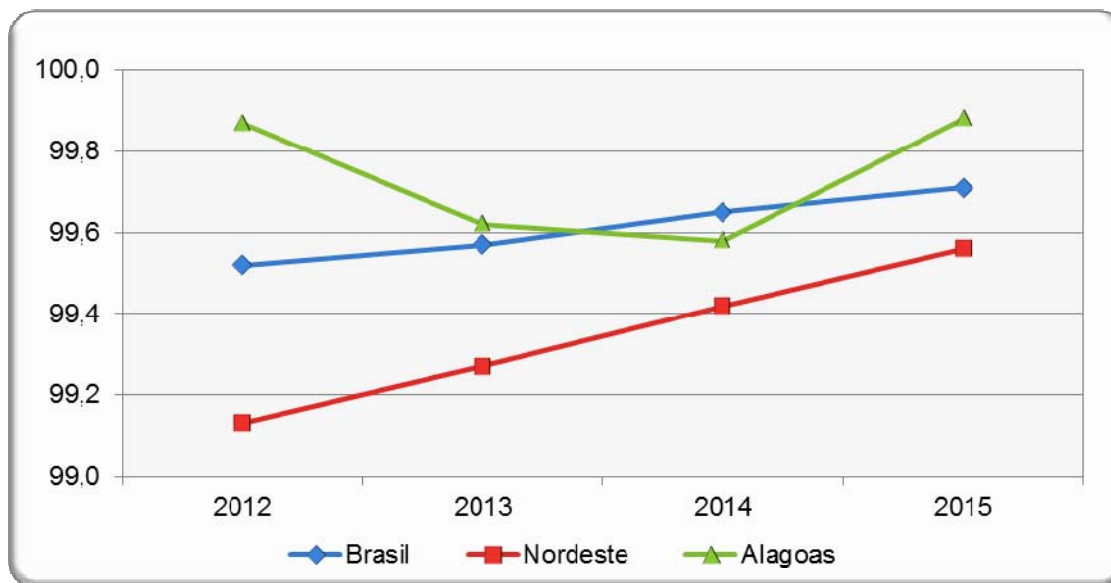
Tabela 25 - Taxa de Domicílios com Energia Elétrica - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	99,5	99,6	99,7	99,7
Nordeste	99,1	99,3	99,4	99,6
Alagoas	99,9	99,6	99,6	99,9

Fonte: IBGE/PNAD

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 25 - Taxa de Domicílios com Energia Elétrica - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água:

É a razão, em percentual, do número de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água, apenas, por meio da canalização interna (não foi considerado outras formas de abastecimento), em relação ao total de domicílios. Por conta da legislação brasileira, toda água fornecida à população por rede de abastecimento geral deve ser tratada e apresentar boa qualidade. As outras formas de abastecimento domiciliar de água (poço, nascente, carro pipa, água de chuva, etc.) nem sempre apresentam água de qualidade satisfatória, onde o risco de contaminação de nascente, poços, rios e lençóis freáticos é muito grande. Esta limitação provoca a subestimação do número de domicílios adequadamente abastecido.

Independente das restrições, este indicador pode ser utilizado na análise de risco para saúde da população, uma vez que a falta de acesso à água potável, favorece a proliferação de doenças. Em última análise, é um indicador que contribui para a avaliação da condição de vida da população.

Fórmula de Cálculo:

$$TD/AD_t = (DRG_t / TD_t) \times 100$$

Onde: TD/AD_t = Taxa de domicílios com abastecimento de água, no ano t ;

DRG_t = Número de domicílios ligados a rede geral de água com canalização interna, no ano t ; e

TD_t = Total de domicílios, no ano t .

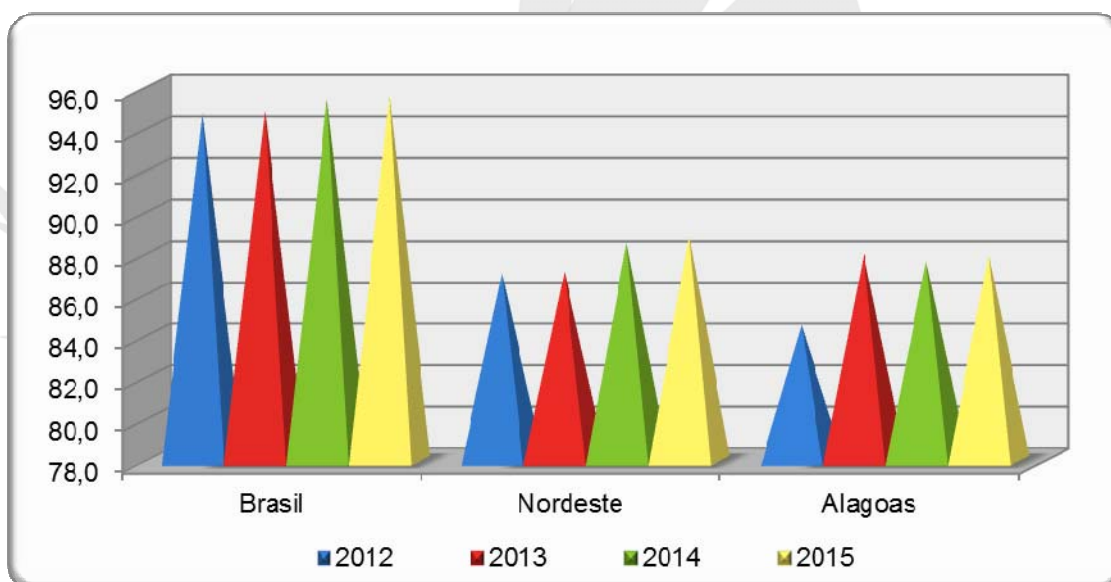
Tabela 26 - Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água com Canalização Interna - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	94,7	94,9	95,5	95,6
Nordeste	87,0	87,1	88,5	88,9
Alagoas	84,5	88,0	87,6	88,0

Fonte: IBGE/PNAD

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 26 - Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água com Canalização Interna - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Domicílios com Esgotamento Sanitário:

É a razão, expressa em percentual, entre o número de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário e o total de domicílios. Considera-se para esse indicador os domicílios em que o escoadouro do banheiro de uso dos seus moradores é ligado à rede coletora ou fossa séptica. É um indicador que contribui para a avaliação da condição de vida da população, bem como para análise de riscos à saúde associados a fatores ambientais, uma vez que a ausência de esgotamento sanitário favorece a proliferação de doenças transmissíveis, decorrentes de contaminação do meio ambiente. Em fim, os dois tipos de esgotamento sanitário apresentados neste indicador, podem ser considerados como adequado à saúde humana e ao meio ambiente. Estas duas modalidades, em conjunto, vêm experimentando um aumento expressivo, no decorrer dos últimos anos, embora ainda exista uma grande diferença entre as localizações urbana e rural.

Fórmula de Cálculo:

$$TD_t/ES_t = (DE_t / TD_t) \times 100$$

Onde: TD_t/ES_t = Taxa de domicílios com esgotamento sanitário, no ano t ;

DE_t = Número de domicílios com esgotamento sanitário, no ano t ;

TD_t = Total de domicílios, no ano t .

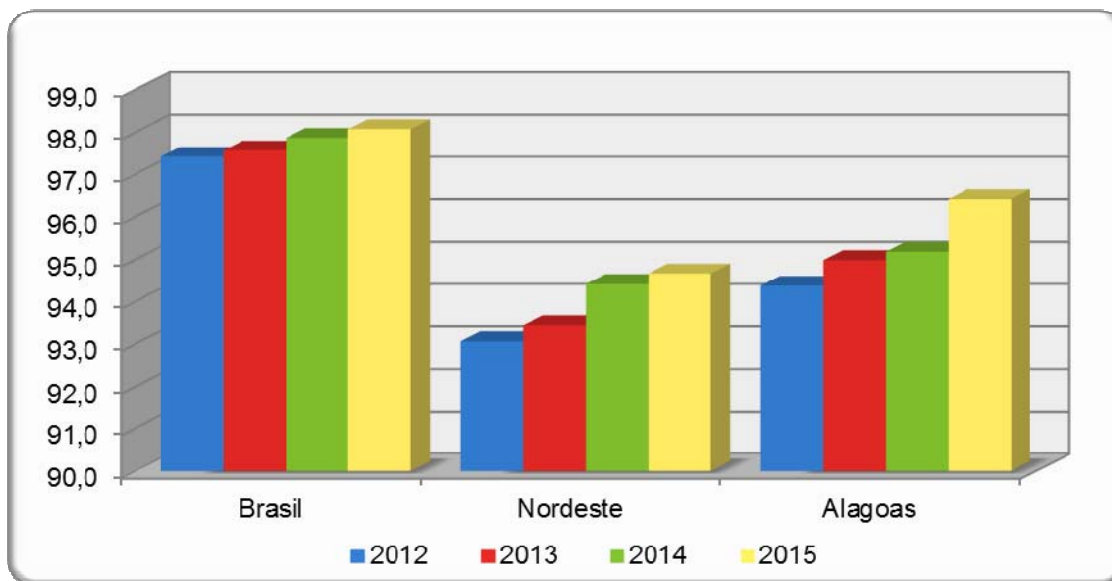
Tabela 27 - Taxa de Domicílios com Esgotamento Sanitário - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	97,4	97,6	97,9	98,1
Nordeste	93,1	93,4	94,4	94,7
Alagoas	94,4	95,0	95,2	96,4

Fonte: IBGE/PNAD

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 27 - Taxa de Domicílios com Esgotamento Sanitário - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Domicílios com Acesso à Coleta de Lixo:

O indicador se constitui na razão, em percentual, entre os domicílios particulares permanentes com coleta de resíduo sólido coletado diretamente, de forma adequada, em relação ao total de domicílios. Esse indicador é de extrema relevância, à medida que fornece informações que podem ser associadas tanto à saúde da população, quanto à proteção do meio ambiente, pois resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças e podem contaminar o solo. A decomposição da matéria orgânica presente no lixo, por sua vez, origina gases de efeito estufa. Por outro lado, exprime quão eficiente é o serviço de coleta de resíduos sólidos, e apoia os gestores públicos na implementação de políticas de saneamento.

Fórmula de Cálculo:

$$TD/CL_t = (D_{cl,t} / TD_t) \times 100$$

Onde: TD/CL_t = Taxa de domicílios com coleta regular de lixo, no ano t ;

$D_{cl,t}$ = Número de domicílios com coleta regular de lixo (coleta direta), no ano t ; e

TD_t = Total de domicílios, no ano t .

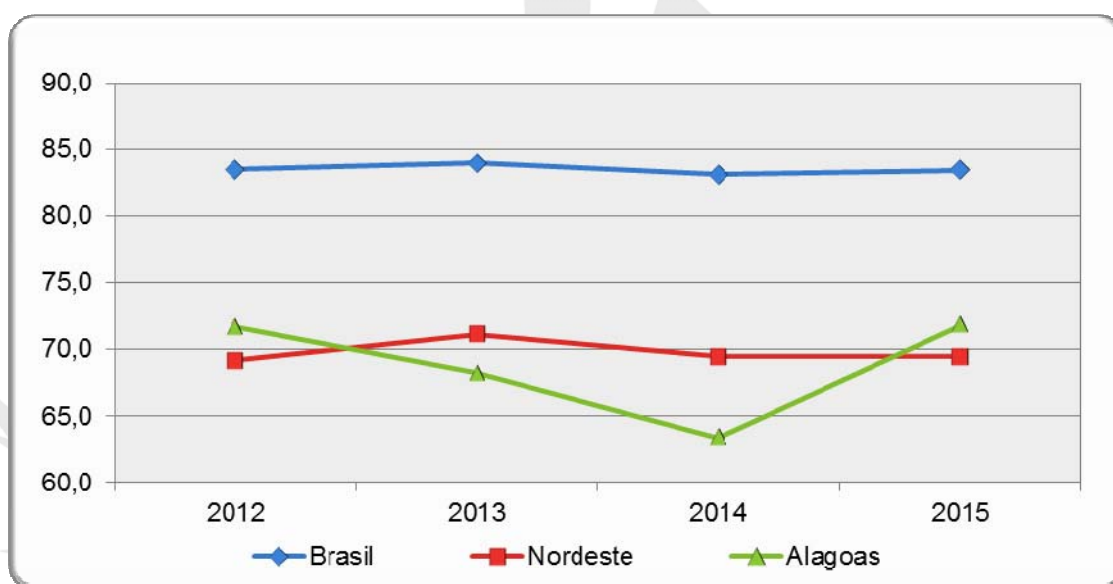
Tabela 28 - Taxa de Domicílios com Acesso à Coleta de Lixo Coletado Diretamente - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	83,5	84,0	83,1	83,4
Nordeste	69,2	71,1	69,5	69,5
Alagoas	71,7	68,2	63,4	71,8

Fonte: IBGE/PNAD

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 28 - Taxa de Domicílios com Acesso à Coleta de Lixo Coletado Diretamente - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

V- DEFESA SOCIAL/TRÂNSITO

Taxa de Homicídio Doloso, segundo o número de ocorrências:

Agir com dolo significa que alguém tem a intenção de atingir um fim exclusivamente criminoso para causar dano a outras pessoas. Desta forma, essa pessoa não comete o crime por motivo de legítima defesa ou necessidade, por ter sido provocado por outrem. Um crime com dolo é cometido por alguém que o comete voluntariamente.

Portanto, o homicídio doloso significa que o indivíduo que praticou o crime tinha intenção de matar (dolo direto) ou assumiu os riscos de que poderia provocar mortes (dolo eventual).

Trata-se de um tipo de crime violento. É expresso pela relação entre o número de ocorrências de homicídios e a população residente total de um determinado espaço geográfico. Essa taxa é considerada como uma das mais importantes sobre indicadores de criminalidade, por se tratar de crime contra a vida, além de ocasionar grandes custos sociais e econômicos. As vidas perdidas, muitas vezes prematuras, geram sequelas emocionais nas famílias das vítimas, elevados custos hospitalares e insegurança na população, interferindo negativamente na sua qualidade de vida. Está comprovado, através de estudos encontrados na literatura acadêmica, que a prevenção é menos onerosa. Estratégia de combate à exclusão social e à pobreza tais como, geração de emprego e renda e inserção no sistema educacional, entre outras iniciativas, poderão contribuir para redução das taxas de homicídios. Outrossim, as mortes por homicídios afetam a esperança de vida, devido às mortes prematuras, sobretudo de jovens do sexo masculino.

Fórmula de Cálculo:

$$THD_t = (NHD_t / PT_t) \times 100.000$$

Onde: THD_t = Taxa de homicídios doloso, no ano t ;

NHD_t = Número de homicídios doloso, no ano t ;

PT_t = População total, no ano t .

Tabela 29 - Taxa de Homicídio Doloso, segundo o número de ocorrências, por cem mil habitantes - 2012-2015

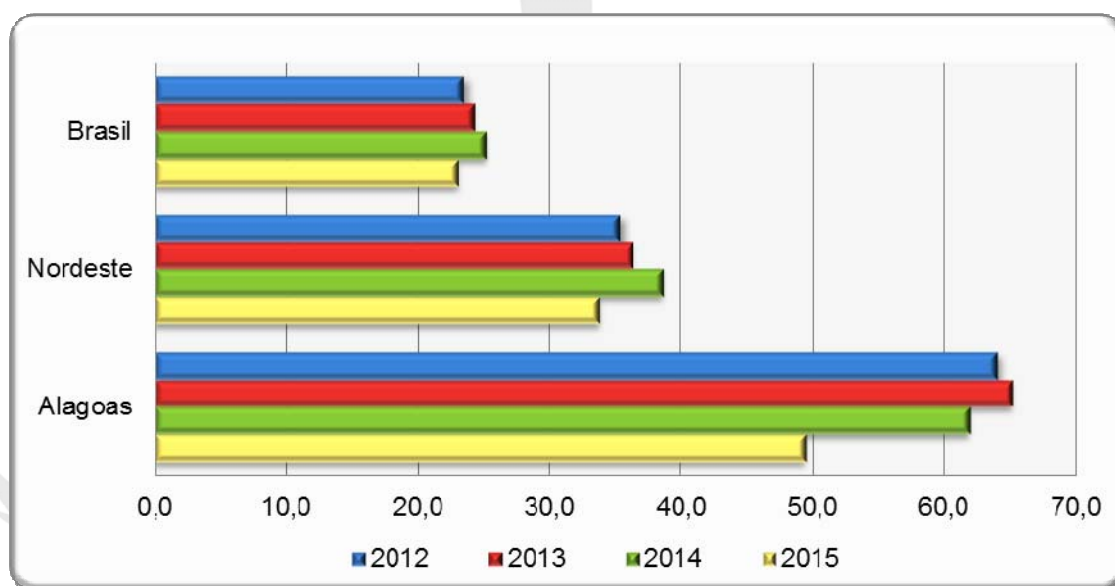
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	23,5	24,2	25,2	23,1
Nordeste	35,3	36,3	38,6	33,8
Alagoas	63,9	65,2	61,9	49,4

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ IBGE

Dados corrigidos pela fonte

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 29 - Taxa de Homicídio Doloso, segundo o número de ocorrências, por cem mil habitantes - 2012-2015



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ IBGE

Dados corrigidos pela fonte

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Óbitos em Acidentes de Trânsito:

Expressa o registro do número de óbitos em acidentes de trânsito em relação à população total, num determinado período e espaço geográfico. Esse indicador abrange os acidentes de transporte, exclusivamente, terrestre. Os acidentes de

transporte, por serem um dos fatores em que ameaçam a segurança física dos cidadãos, refletem na qualidade de vida da população. Os acidentes de trânsito são considerados problemas passíveis de serem evitados, desde que, nos processos de planejamento e gestão, se busque estratégia que visem mudanças de comportamento de motorista e pedestre até aquelas voltadas às questões de infraestrutura, tais como: programa de prevenção com campanhas de informação e conscientização; cumprimento do Código Nacional de Trânsito (veículos mais confiável, uso de cinto de segurança e outros); desenvolvimento de planos estratégicos; conservação de rodovias; sinalização adequada e outras medidas afins.

Fórmula de Cálculo

$$TOAT_t = OAT_t / PT_t \times 100.000$$

Onde: $TOAT_t$ = Taxa de óbitos em acidente de trânsito, no ano t ;

OAT_t = Nº de óbitos em acidentes de trânsito, no ano t ; e

PT_t = População total, no ano t .

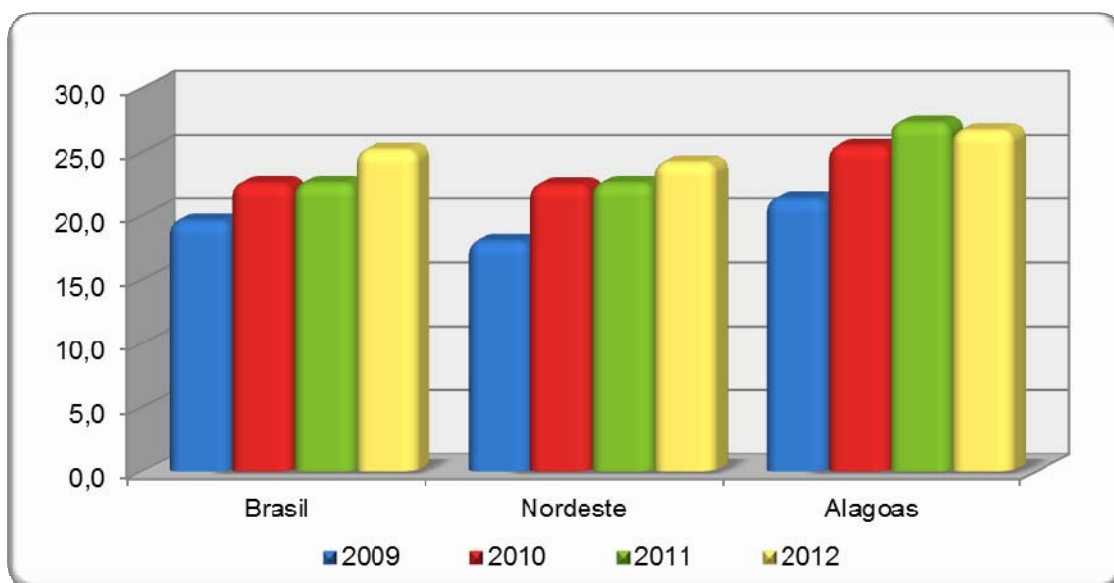
Tabela 30 - Taxa de Óbitos em Acidentes de Trânsito, por cem mil habitantes – 2009-2012

BR/NE/AL	2009	2010	2011	2012
Brasil	19,6	22,5	22,5	25,2
Nordeste	18,0	22,4	22,5	24,2
Alagoas	21,3	25,5	27,3	26,7

Fonte: SIM/SVS/MS/ IBGE

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 30 - Taxa de Óbitos em Acidentes de Trânsito, por cem mil habitantes – 2009-2012



Fonte: SIM/SVS/MS/ IBGE

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

VI- MERCADO DE TRABALHO E RENDA

Taxa de Trabalho Infantil:

Percentual da população residente de 10 a 14 anos de idade que se encontra trabalhando ou procurando trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a magnitude da ocupação laboral de crianças de 10 a 14 anos de idade. Essa taxa permite subsidiar a análise da condição social desse grupo populacional específico e a identificação de fatores contribuintes que requerem maior atenção no desenvolvimento de ações voltadas para políticas na área social, entre outras. Embora, é sabido que o avanço da ocupação infantil, entre outras causas, foi influenciado pelo aumento do trabalho para o próprio consumo e pelo trabalho não remunerado na atividade agrícola. No meio agrícola, este fato aumenta principalmente devido a fatores como dificuldades financeiras geralmente geradas pela seca, obrigando os menores a trabalhar em diversas frentes de trabalho (hortas, pedreiras e comércio) em busca de melhorar a renda familiar. Apesar de existirem legislações que proíbam oficialmente este tipo de trabalho, é comum nas grandes cidades brasileiras a presença de menores em cruzamentos de vias de grande tráfego, vendendo bens de pequeno valor monetário.

Fórmula de Cálculo:

$$TTI_t = (PEA_{10a14a.i,t} / PT_{10a14a.i,t}) \times 100$$

Onde: TTI_t = Taxa de trabalho infantil, no ano t ;

$PEA_{10a14a.i,t}$ = População economicamente ativa, de 10 a 14 anos de idade, no ano t ; e

$PT_{10a14a.i,t}$ = População residente de 10 a 14 anos de idade, no ano t .

Tabela 31 - Taxa de Trabalho Infantil - 2012-2015

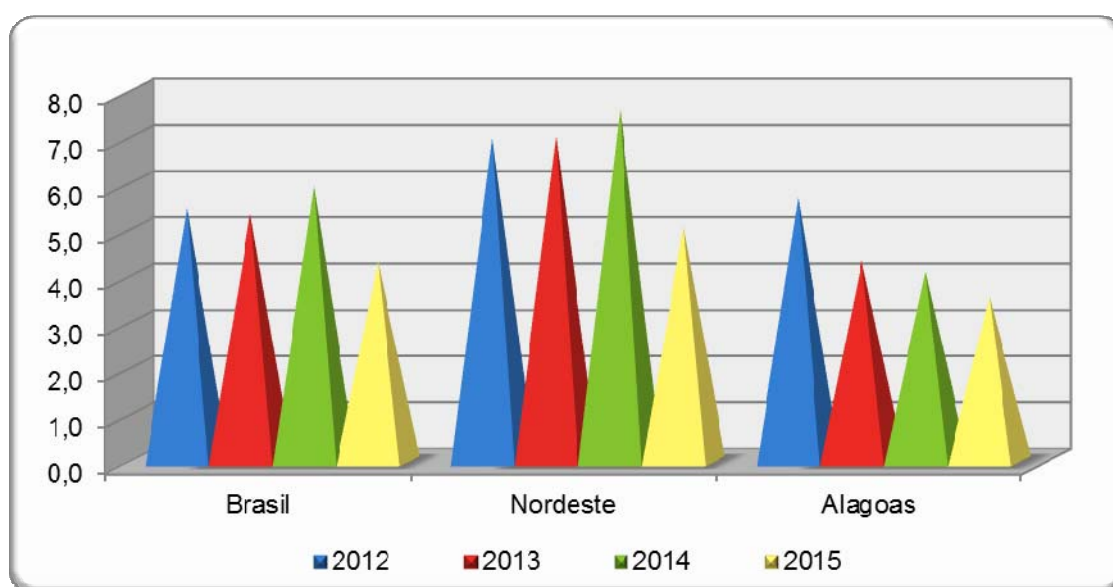
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	5,5	5,3	5,9	4,3
Nordeste	7,0	7,0	7,6	5,1
Alagoas	5,7	4,4	4,1	3,6

Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 31 - Taxa de Trabalho Infantil - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Participação ou Atividade:

A taxa de atividade indica a proporção da população disponível “idade ativa” da população que está disposto e capaz de trabalhar e seja empregado ou ativamente à procura de emprego. É encontrada pela divisão da força de trabalho (população economicamente ativa, versus população em idade ativa). A taxa de atividade indica a fonte de renda que é redistribuídos e transferidos para outros. Um aumento na taxa de participação na força de trabalho significa

que mais trabalhadores estão gerando renda e que uma menor carga é colocada em cada trabalhador.

Fórmula de Cálculo:

$$TA_t = (PEA_t / PIA_t) \times 100$$

Onde: TA_t = Taxa de atividade, no ano t ;

PEA_t = População economicamente ativa, no ano t ; e

PIA_t = População em idade ativa, no ano t .

Tabela 32 - Taxa de Participação ou Atividade - 2012-2015

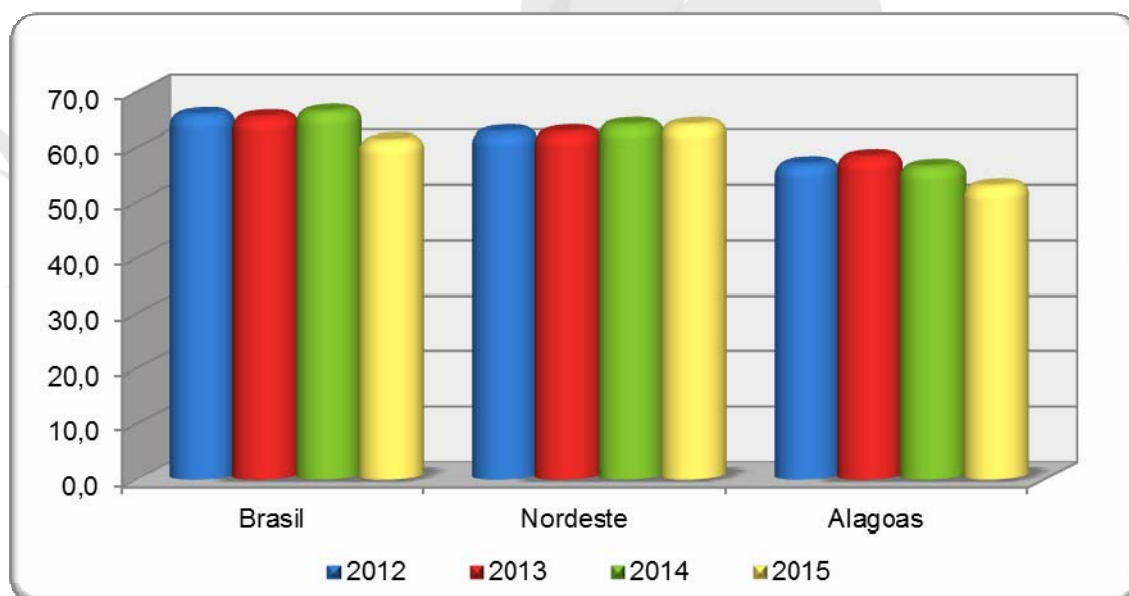
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	65,9	65,5	66,5	61,3
Nordeste	62,7	62,7	64,1	64,1
Alagoas	57,0	58,4	56,6	53,0

Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 32 - Taxa de Participação ou Atividade - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Desemprego:

Indivíduo com idade mínima de 10 anos que se encontra sem emprego; ou seja, que se encontra disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não e que tenha realizado diligências para encontrar um emprego, nos últimos 30 dias. Essa taxa exprime o percentual de desempregado que pode ser classificado na situação de:

- 1) Desemprego total;
- 2) Desemprego aberto;
- 3) Desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento.

Um dos fatores sociais mais agravantes, provocado pelo desemprego é a migração de pessoas de uma região a outra, do interior menos rico para as capitais mais ricas em busca de oportunidades de trabalho, onde os pais abandonam as famílias e migram, deixando gerações de filhos perdidos em todos os aspectos. Uma pessoa desempregada, geralmente, passa por necessidades básicas como fome, falta de moradia e sem contar que muitas delas procuram o mundo do crime, das drogas e acabam se tornando criminosos.

Fórmula de Cálculo:

$$TD_t = (PD_t / PEA_t) \times 100$$

Onde: TD_t = Taxa de desemprego, no ano t ;

PD_t = População desempregada, no ano t ; e

PEA_t = População economicamente ativa, no ano t .

Tabela 33- Taxa de Desemprego – 2012-2015

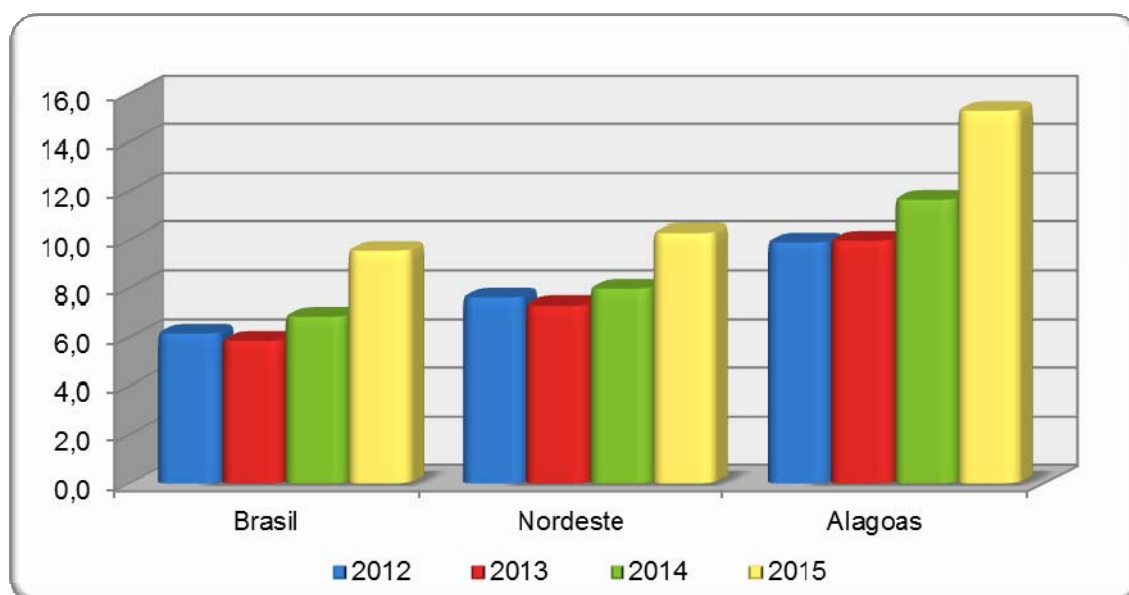
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	6,2	5,9	6,9	9,6
Nordeste	7,6	7,3	8,0	10,3
Alagoas	9,9	10,0	11,6	15,3

Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto menor melhor.

Figura 33 - Taxa de Desemprego – 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Taxa de Ocupação:

É definida pela relação entre a população ocupada (**PO**) e a população em idade ativa (**PIA**). Ela determina, dentre aqueles potencialmente aptos para o trabalho (idade maior ou igual a 10 anos de idade), a proporção de pessoas que, efetivamente, têm uma ocupação, ou seja:

- **Empregados** - pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma

remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se entre as pessoas empregadas aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

• **Conta Própria** - aqueles que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício e não têm empregados.

• **Empregadores** - aqueles que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com um ou mais empregados.

• **Não Remunerados** - pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, ajudando a um membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou ajudando as instituições religiosas, beneficente ou cooperativas, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

Fórmula de Cálculo:

$$TO_t = (PO_t / PIA_t) \times 100$$

Onde: TO_t = Taxa de ocupação, no ano t ;

PO_t = População ocupada, no ano t ; e

PIA_t = População em idade ativa, no ano t .

Tabela 34 - Taxa de Ocupação das pessoas de 10 anos e mais de idade – 2012-2015

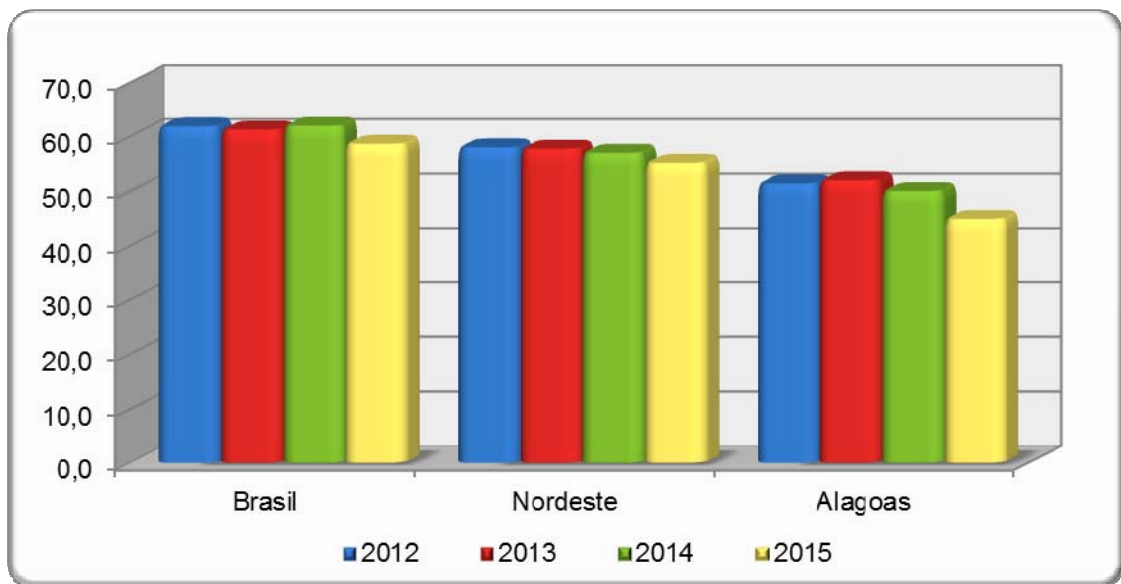
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	61,8	61,2	61,9	58,6
Nordeste	58,0	57,7	57,0	55,1
Alagoas	51,4	52,0	50,0	44,9

Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 34 - Taxa de Ocupação das pessoas de 10 anos e mais de idade – 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

VII- DESIGUALDADE E POBREZA

Valor do Rendimento Médio Mensal (R\$) das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade:

É resultado do somatório de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família, compreendendo o(a) requerente (idoso ou pessoa com deficiência); o(a) cônjuge ou companheiro(a); os pais e, na ausência deles, a madrasta ou o padrasto; irmãos(ãs) solteiros(as); filhos(as) e enteados(as) solteiros(as), dividido pelos 12 meses do ano. Esse valor médio mensal da distribuição de rendimento familiar é um indicador importante para subsidiar políticas voltadas à redução da pobreza, da desigualdade e das diferenças regionais. Portanto, a quantificação da população cuja renda se situa abaixo de um determinado patamar, é um aspecto essencial para o desenvolvimento sustentável, na medida em que a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade são objetivos dos governantes, em todas as esferas.

Fórmula de Cálculo:

$$VRM/M_{pop.15a,i\ ou\ +,t} = (\sum RM_{pop.15a,i\ ou\ +,t} / 12)$$

Onde: $VRM/M_{pop.15a.\ ou\ +}$ = Valor do rendimento médio mensal (R\$) das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no ano t .

Tabela 35 - Valor do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento (R\$) - 2012-2015

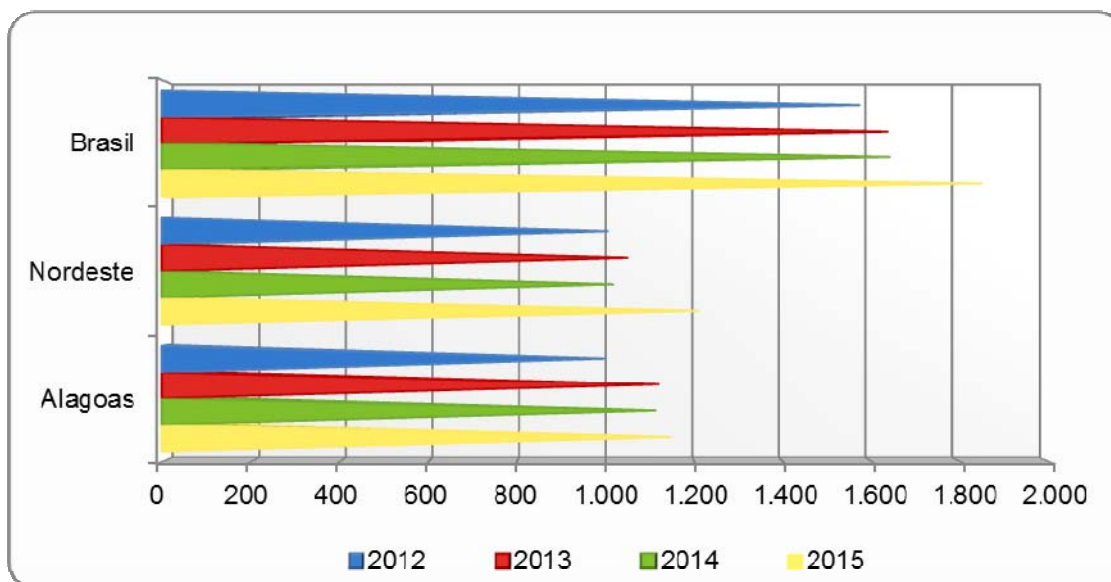
BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	1.578	1.640	1.645	1.853
Nordeste	1.006	1.050	1.018	1.213
Alagoas	999	1.121	1.114	1.148

Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 35 - Valor do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento (R\$) - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Cálculo e Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Índice de Desenvolvimento Humano:

O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013 utiliza dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É um índice composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda).

Outrossim, é uma ferramenta gratuita de acesso a informação sobre 5.570 municípios brasileiros, que visa atender gestores público, pesquisadores, professores, estudantes e a sociedade em geral, sobre o comportamento desses municípios nas dimensões citadas.

- Expectativa de vida ao nascer

Fórmula de Cálculo:

$$EV_t = EV_t - 20 / 83,2 - 20$$

Onde: EV_t = Expectativa de vida ao nascer, no ano t

- Índice de Educação

Fórmula de Cálculo:

$$IE_t = ((IAME_t \times IAEE_t)^{1/2} - 0) / (0,951 - 0)_t$$

Onde: IE_t = Índice de educação, no ano t ; e

$IAME_t$ = Índice de anos médios de estudo, no ano t ; e

$IAEE_t$ = Índice de anos esperados de escolaridade, no ano t .

a) Índice de Anos Médios de Estudo

Fórmula de Cálculo:

$$(IAME)_t = (AME_t - 0) / (13,2 - 0)_t$$

Onde: $IAME_t$ = Índice de anos médios de estudo, no ano t ; e

AME_t = Anos médios de estudo, no ano t .

b) Índice de Anos Esperados de Escolaridade

Fórmula de Cálculo:

$$(IAEE)_t = (AEE - 0)_t / (20,6 - 0)_t$$

Onde: $IAEE_t$ = Índice de anos esperados de escolaridade, no ano t ; e

AEE_t = Anos esperados de escolaridade, no ano t .

- Índice de Renda

Fórmula de Cálculo:

$$(IR)_t = \ln(PIB_{pc})_t - \ln(163)_t / \ln(108.211)_t - \ln(163)_t$$

Onde: IR_t = Índice de renda, no ano t ;

$\ln$ = Logaritmo Neperiano; e

PIB_{pc} = Produto Interno Bruto (PPC) *per capita*.

O IDH é a **média geométrica** dos três índices anteriores normalizados:

Fórmula de Cálculo:

$$IDH = (EV \times IE \times IR)^{1/3}$$

Onde: IDH = Índice de Desenvolvimento Humano;

EV = Expectativa de vida ao nascer;

IE = Índice de educação; e

IR = Índice de renda.

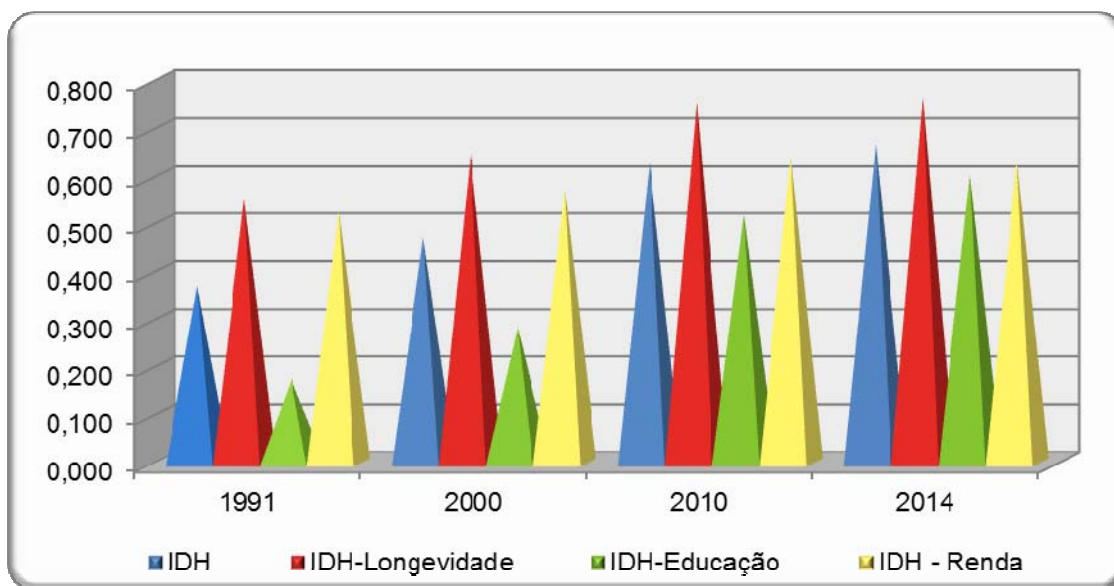
Tabela 36 - Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas – 1991-2000-2010-2014

ALAGOAS	1991	2000	2010	2014
IDH	0,370	0,471	0,631	0,667
IDH-Longevidade	0,552	0,647	0,755	0,764
IDH-Educação	0,174	0,282	0,520	0,603
IDH – Renda	0,527	0,574	0,641	0,634

Fonte: PNUD/FJP (2014)

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 36 - Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas – 1991-2000-2010-2014



Fonte: PNUD/FJP (2014)

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

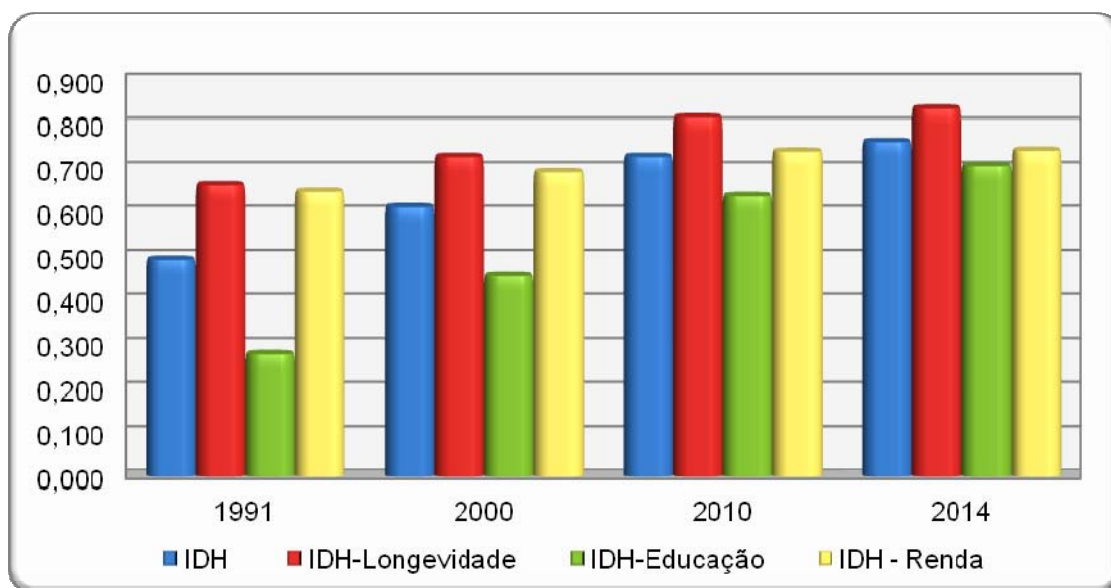
Tabela 37 - Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil – 1991-2000-2010-2014

BRASIL	1991	2000	2010	2014
IDH	0,493	0,612	0,727	0,761
IDH-Longevidade	0,662	0,727	0,816	0,836
IDH-Educação	0,279	0,456	0,637	0,706
IDH - Renda	0,647	0,692	0,739	0,741

Fonte: PNUD/FJP (2014)

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 37 - Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil – 1991-2000-2010-2014



Fonte: PNUD/FJP (2014)

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Índice de Gini¹:

Este índice é um dos indicadores mais utilizados com a finalidade de avaliar o grau da distribuição de renda, para saber se uma sociedade é equitativa neste sentido. O combate à desigualdade é fundamental para assegurar a redução da pobreza, um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável.

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "*Variabilità e mutabilità*" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde o 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). Em situações concretas, é muito difícil que o índice atinja estes valores extremos. Um índice em torno de 0,5 é considerado um valor representativo de fortes desigualdades.

¹ Para maiores esclarecimentos ver nota técnica.

O **coeficiente de Gini** é majoritariamente usado para mensurar a desigualdade de renda, pode ser também usado para mensurar a desigualdade de riqueza. Esse uso requer que ninguém tenha uma riqueza líquida negativa. O **coeficiente de Gini** se calcula como uma razão das áreas no diagrama da **curva de Lorenz**. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é **A**, e a área abaixo da curva de Lorenz é **B**, então o **coeficiente de Gini** é igual a $A/(A+B)$. Esta razão se expressa como percentagem ou como equivalente numérico dessa percentagem, que é sempre um número entre **0** e **1**. O **coeficiente de Gini** foi calculado com a **Fórmula de Brown**, que é mais prática:

Fórmula de Cálculo:

$$G_t = 1 - \sum (X_{k+1} - Y_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

Onde: G_t = Coeficiente de Gini, no ano t ;

X_k = Proporção acumulada da variável “população”;

Y_k = Proporção acumulada da variável “renda”; e

k = faixas da população e da renda, $k = 1, 2, \dots$

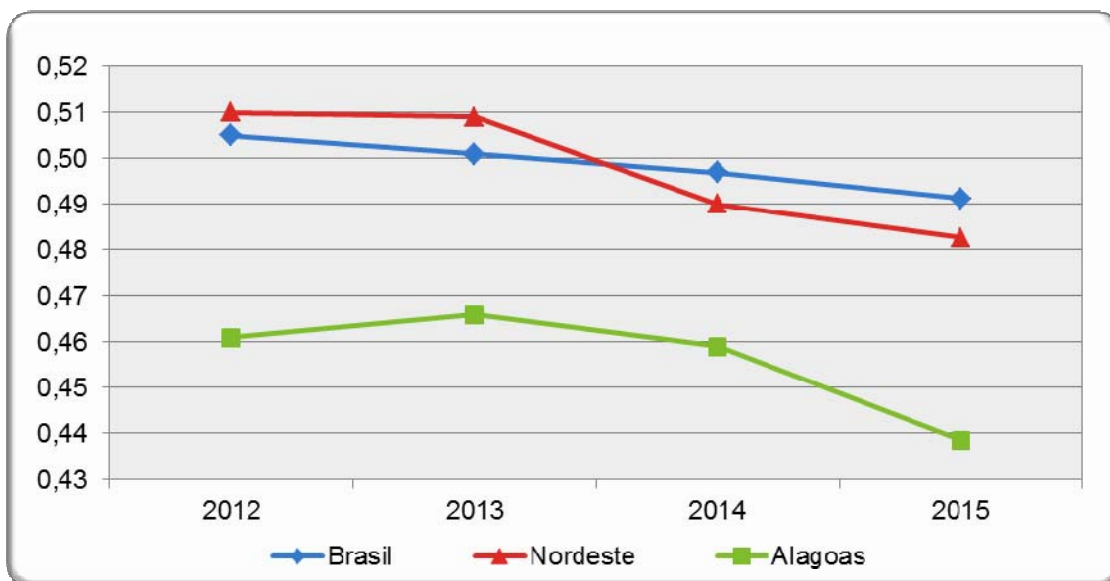
Tabela 38 - Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, com Rendimento - 2012-2015

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
Brasil	0,51	0,50	0,50	0,49
Nordeste	0,51	0,51	0,49	0,48
Alagoas	0,46	0,47	0,46	0,44

Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Exclusive as informações das pessoas sem declaração de rendimento

Figura 38 - Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, com Rendimento - 2012-2015



Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Exclusive as informações das pessoas sem declaração de rendimento

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

VIII- ECONOMIA

Produto Interno Bruto-PIB:

Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, consideram-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.

Para analisar o comportamento do PIB de um país é preciso diferenciar o PIB nominal do PIB real. PIB nominal é calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, e PIB real é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base para eliminar o efeito da inflação, e é este o mais indicado para análises.

Na ótica da oferta, o valor do PIB é calculado a partir do valor gerado em cada uma das empresas que operam na economia. Já na ótica do rendimento, o valor do PIB é calculado a partir dos rendimentos de fatores produtivos distribuídos pelas empresas, ou seja, a soma dos rendimentos do fator trabalho com os rendimentos de outros fatores produtivos.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{PIB} = \text{VA} + \text{Imp.}$$

Onde: PIB = Produto Interno Bruto

VA = Valor Adicionado bruto a preço básico;

Impostos = Impostos, líquidos de subsídios.

Donde: $\text{VA} = \text{VP} - \text{CI}$

VA = Valor Adicionado bruto a preço básico;

VP = Valor Bruto da Produção; e

CI = Consumo Intermediário.

Tabela 39 - PIB a Preço de Mercado Corrente (R\$ 1.000.000) - 2011-2014

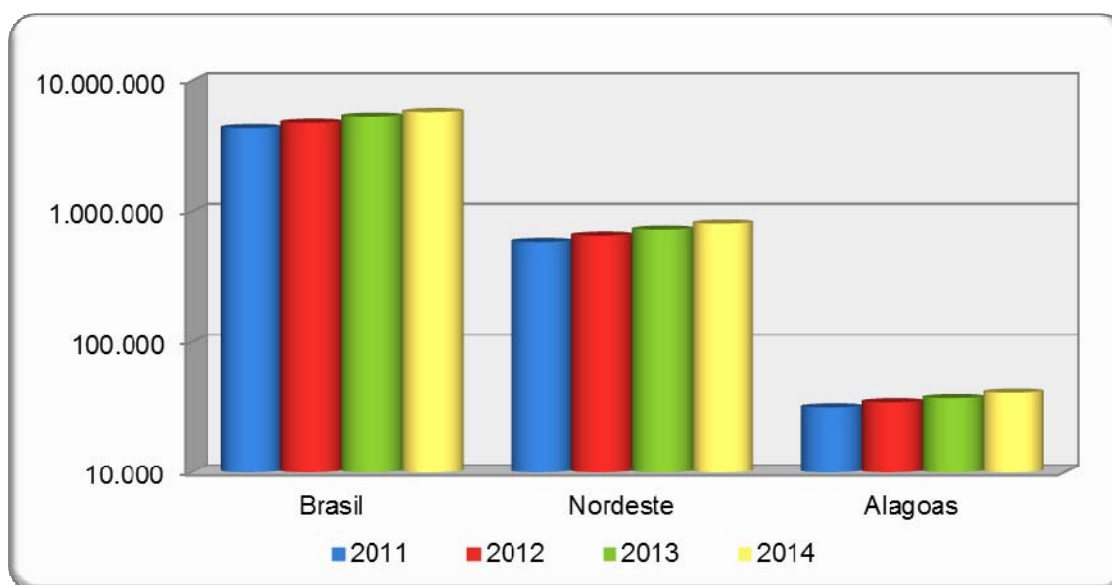
BR/NE/AL	2011	2012	2013	2014
Brasil	4.373.658	4.805.913	5.331.619	5.778.953
Nordeste	583.414	652.259	724.524	805.099
Alagoas	31.657	34.650	37.283	40.975

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 39 - PIB a Preço de Mercado Corrente (R\$ 1.000.000) - 2011-2014



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Variação nominal} = (V_t - V_{t-1}) * 100 - 100.$$

Onde: **Variação nominal** = Variação em termos nominais em relação ao ano anterior

V_t = Valor no ano corrente

V_{t-1} = Valor no ano anterior.

Tabela 40 - Variação nominal (%) do PIB a preço de mercado corrente – 2012/2011-2013/2012-2014/2013

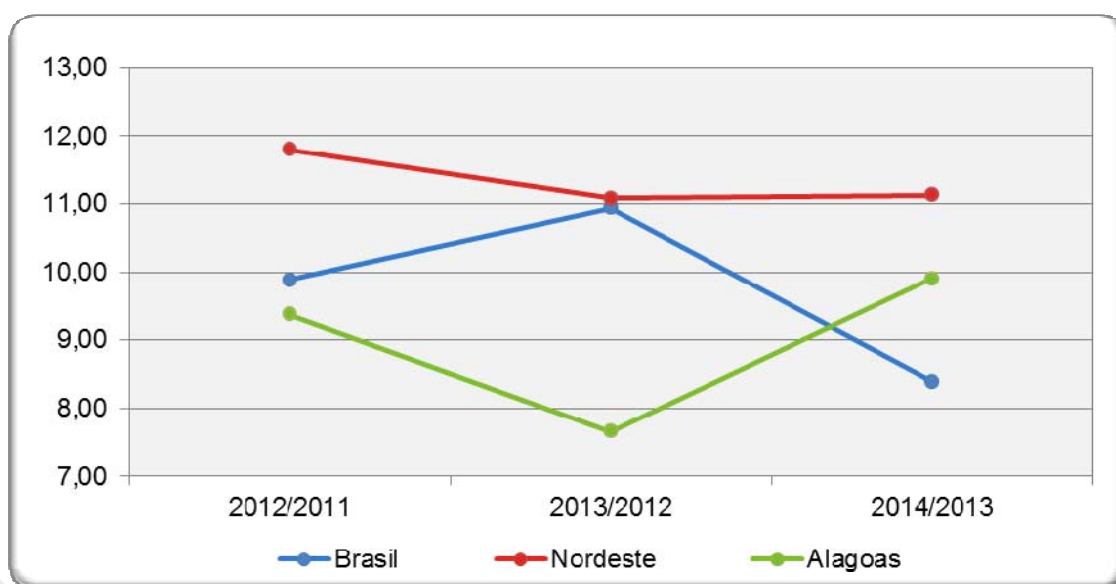
BR/NE/AL	2012/2011	2013/2012	2014/2013
Brasil	9,88	10,94	8,39
Nordeste	11,80	11,08	11,12
Alagoas	9,37	7,66	9,90

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 40 - Variação nominal (%) do PIB a preço de mercado corrente – 2012/2011-2013/2012-2014/2013



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Tabela 41 - Variação nominal (%) do Valor Adicionado (VA) Total – 2012/2011-2013/2012-2014/2013

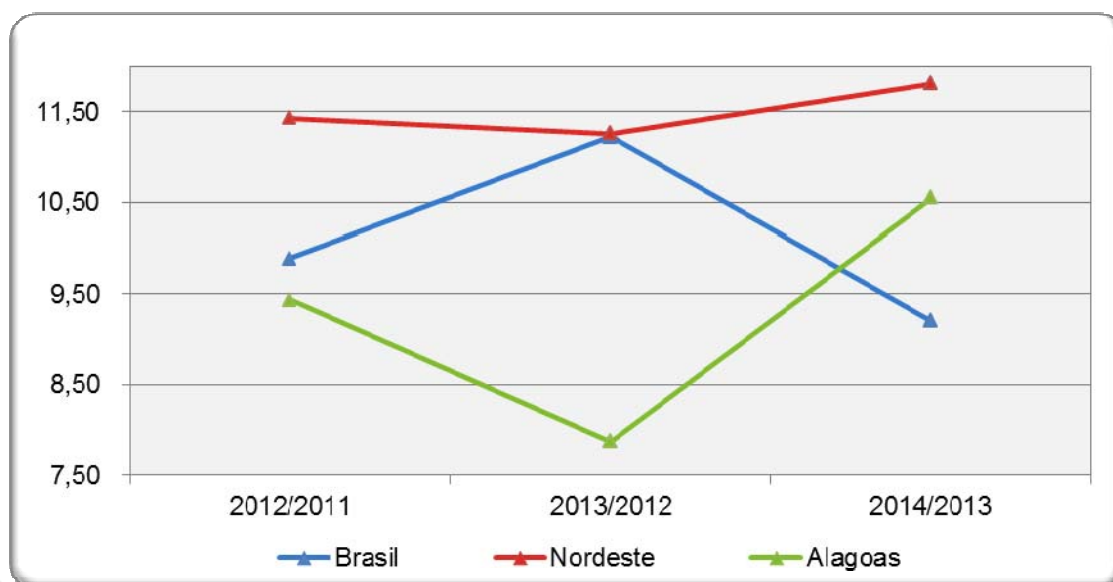
BR/NE/AL	2012/2011	2013/2012	2014/2013
Brasil	9,89	11,22	9,20
Nordeste	11,43	11,26	11,81
Alagoas	9,44	7,87	10,55

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 41 - Variação nominal (%) do Valor Adicionado (VA) Total – 2012/2011-2013/2012-2014/2013



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Tabela 42 - Variação nominal (%) do VA da Agropecuária – 2012/2011-2013/2012-2014/2013

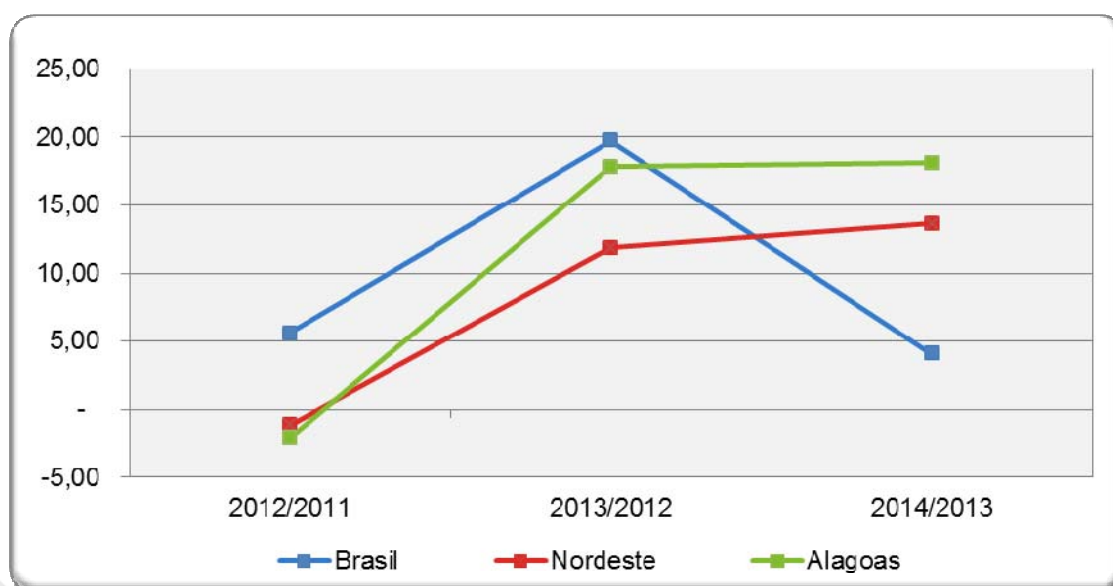
BR/NE/AL	2012/2011	2013/2012	2014/2013
Brasil	5,62	19,73	4,03
Nordeste	-1,16	11,85	13,64
Alagoas	-2,11	17,84	18,10

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 42 - Variação nominal (%) do VA da Agropecuária – 2012/2011-2013/2012-2014/2013



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Tabela 43 - Variação nominal (%) do VA da Indústria – 2012/2011-2013/2012-2014/2013

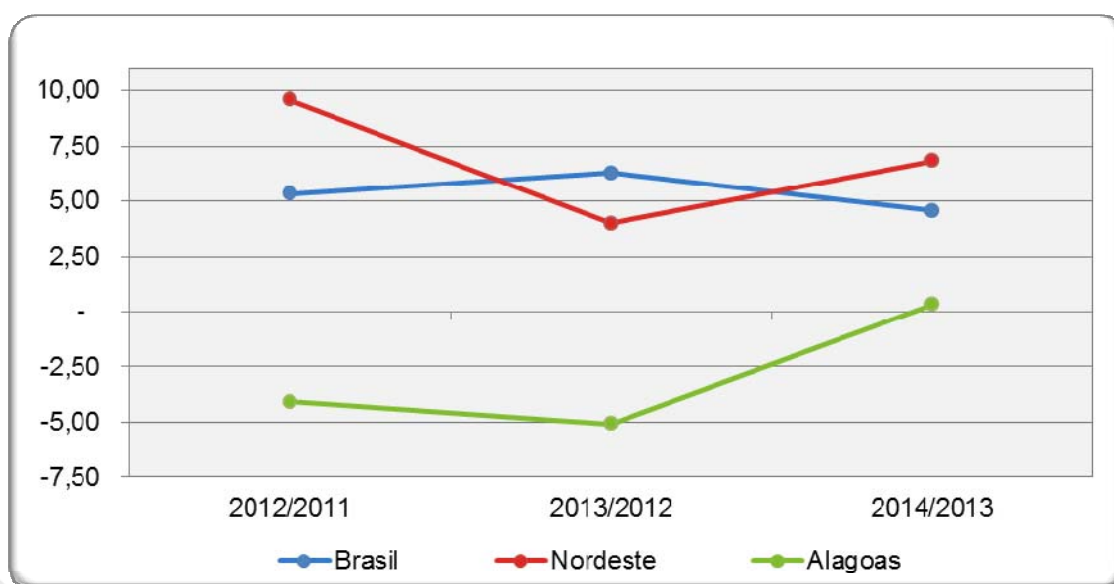
BR/NE/AL	2012/2011	2013/2012	2014/2013
Brasil	5,33	6,29	4,55
Nordeste	9,61	3,98	6,84
Alagoas	-4,08	-5,08	0,34

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 43 - Variação nominal (%) do VA da Indústria – 2012/2011-2013/2012-2014/2013



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Tabela 44 - Variação nominal (%) do VA de Serviços – 2012/2011-2013/2012-2014/2013

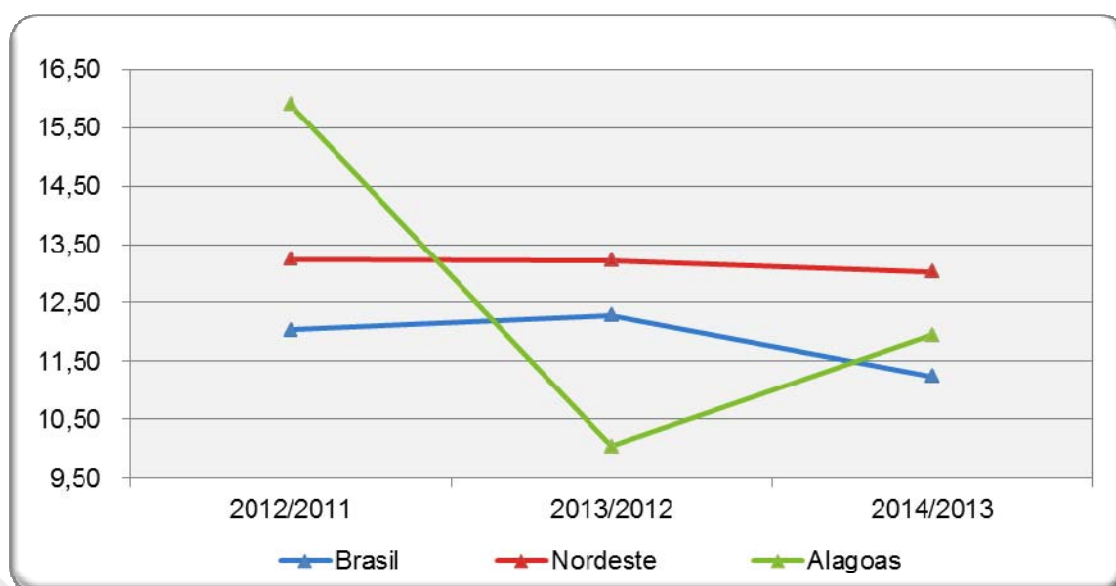
BR/NE/AL	2012/2011	2013/2012	2014/2013
Brasil	12,04	12,29	11,25
Nordeste	13,25	13,22	13,03
Alagoas	15,90	10,03	11,95

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 44 - Variação nominal (%) do VA de Serviços – 2012/2011-2013/2012-2014/2013



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

PIB per capita:

O PIB *per capita* é usado como indicador na macroeconomia de um país, estado, ou região; ponderando-se que o mesmo não é um bom medidor da qualidade de vida dos cidadãos, uma vez que é possível ocorrer aumento no seu número sem que, necessariamente, as pessoas tenham uma melhoria nas condições socioeconômicas. Entretanto o PIB *per capita* é um subsídio bastante importante quando do exame da produção de bens e serviços finais no âmbito geográfico.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{PIB per capita} = \text{PIB} / \text{pop.}$$

Onde: PIB *per capita* = Produto Interno Bruto *per capita*

PIB = Produto Interno Bruto

pop. = população residente.

Tabela 45 - PIB per capita (R\$) - 2011-2014

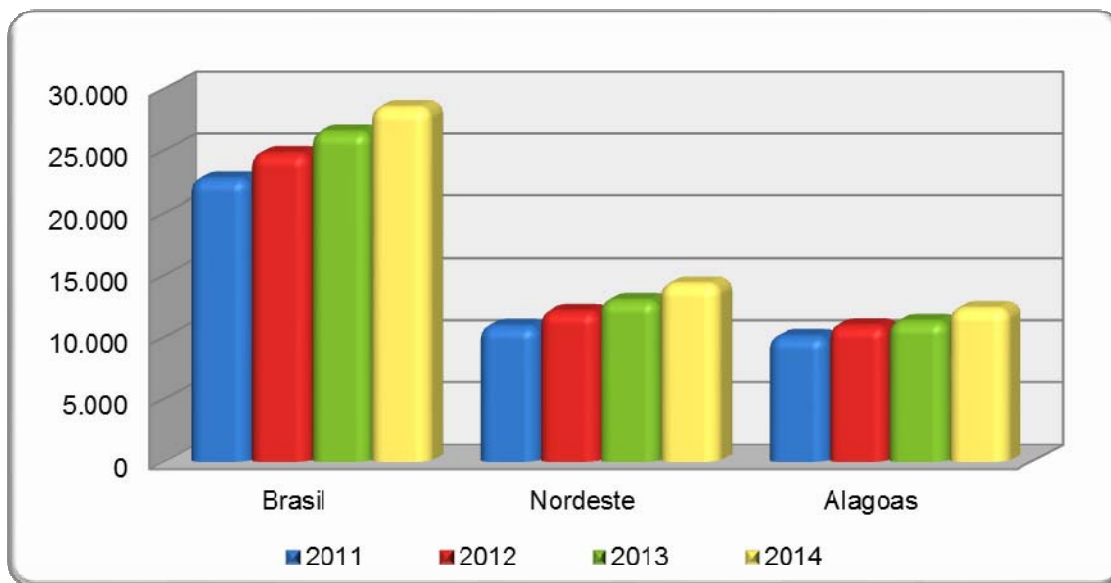
BR/NE/AL	2011	2012	2013	2014
Brasil	22.735	24.780	26.521	28.500
Nordeste	10.905	12.100	12.986	14.329
Alagoas	10.073	10.940	11.295	12.335

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 45 - PIB per capita (R\$) - 2011-2014



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

Tabela 46 - Evolução (%) do PIB per capita – 2012/2011-2013/2012-2014/2013

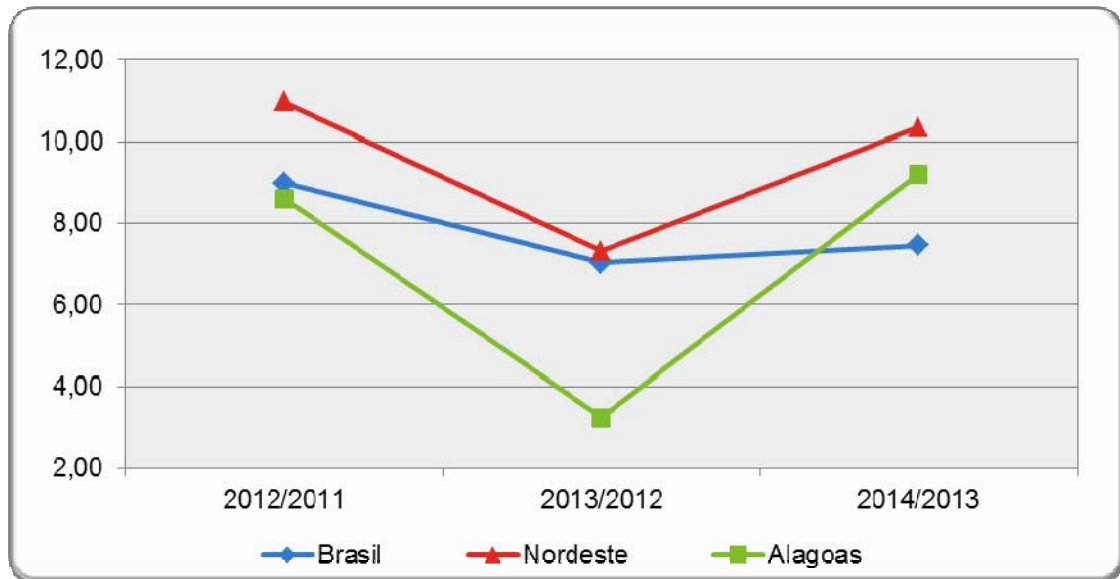
BR/NE/AL	2012/2011	2013/2012	2014/2013
Brasil	9,00	7,03	7,46
Nordeste	10,96	7,32	10,35
Alagoas	8,61	3,24	9,22

Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

Polaridade: Quanto maior melhor.

Figura 46 - Evolução (%) do PIB per capita – 2012/2011-2013/2012-2014/2013



Fonte: IBGE/SEPLAG/SINC

Nota: Dados atualizados pela nova metodologia de cálculo – Base 2010

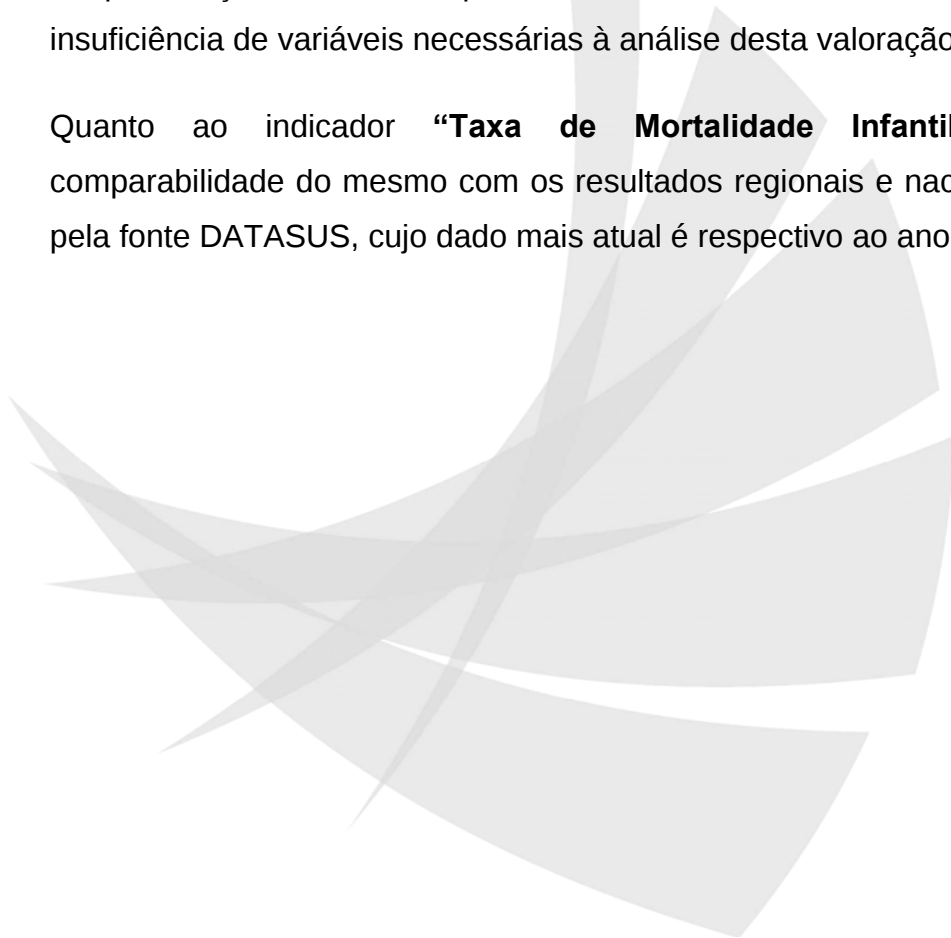
Elaboração do gráfico: Seplag/Sinc/Gerência de Estatística e Indicadores

NOTA TÉCNICA

O presente estudo visou estabelecer em termos quantitativos e/ou qualitativos, o conceito, a confiabilidade, comparabilidade e continuidade dos dados levantados, ou seja, procurou-se aferir se os dados recolhidos na investigação são estáveis no tempo e se têm consistência. Vale realçar que o processo de seleção dos dados e suas respectivas fontes, neste trabalho, decorreram-se de extensa pesquisa na bibliografia e trabalhos técnicos disponíveis sobre o assunto.

A publicação adotou, como fonte de pesquisa principal, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD/IBGE considerando a abrangência e confiabilidade da mesma. Os dados foram extraídos das fontes originais. Quanto ao indicador “**Densidade Demográfica**”, optou-se pela não indicação da polarização, devido às particularidades da área de estudo, bem como insuficiência de variáveis necessárias à análise desta valoração.

Quanto ao indicador “**Taxa de Mortalidade Infantil**”, visando à comparabilidade do mesmo com os resultados regionais e nacionais, optou-se pela fonte DATASUS, cujo dado mais atual é respectivo ao ano de 2013.



FONTES PESQUISADAS

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - Anuário Brasileiro de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MDS/SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

MTE/DF – Ministério do Trabalho e Emprego

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSP – Revista de Saúde Pública

RIPIA – Rede Interagencial de Informação para Saúde

SIM-S – Sistema de Informação Municipal/Salvador-BA

SEPG/MG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SESAU/AL – Secretaria de Estado da Saúde

SEADE/SP – Sistema Estadual de Análise de Dados

SPIE/DF – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos?: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como Elaborar Modelo Lógico de Programas: um roteiro básico. Nota Técnica. Brasília: Ipea, 2007.

GONÇALVES, Claudemir. Indicadores de ciência e tecnologia: conceitos e elementos históricos. CIÊNCIA & OPINIÃO, Curitiba, v. 2, n. 1/2, jan./dez. 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos³.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004. 141p.



CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

Alagoas em Mapas



Publicação que reúne um conjunto de mapas sobre o Estado e seus municípios, que contempla diversos aspectos das áreas de demografia, caracterização territorial, indicadores sociais e econômicos, infraestrutura, além de uma composição de imagens anáglifas para visualização em 3D.

IPC—Índice de Preços do Consumidor de Maceió

Publicação que apresenta os resultados do Índice de Preços ao Consumidor de Maceió - IPC, índice que calcula a variação de preços de uma cesta de bens e serviços consumidos pela população na área urbana de Maceió, compreendendo a faixa de renda de um a oito salários mínimos.



Anuário Estatístico do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto de dados estatísticos do Estado e dos municípios de Alagoas nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeira, dentre outros.



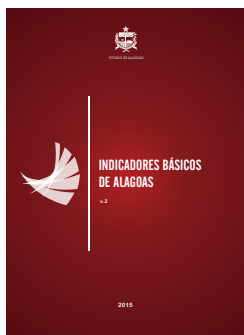
Alagoas em Números

O Alagoas em Números é uma publicação anual com o intuito de disponibilizar à sociedade, informações referentes à realidade socioeconômica Alagoana, trazendo uma coletânea de dados referentes às dimensões demográficas, desenvolvimento humano, infraestrutura, desenvolvimento econômico e finanças públicas, constituindo-se em uma grande fonte de consulta para a sociedade.



CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

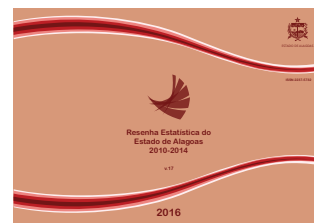
Indicadores Básicos de Alagoas



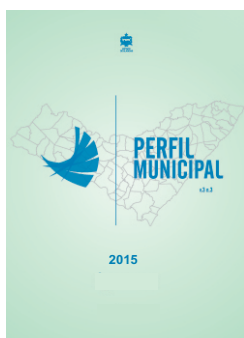
Publicação que disponibiliza um conjunto de indicadores básicos, em nível de estado, para subsidiar os processos de análise sobre a realidade estadual, segmentada em diversas áreas, e visa, contribuir na compreensão da realidade socioeconômica de Alagoas, subsidiando trabalhos de pesquisa no setor governamental, privado, acadêmico e pela sociedade.

Resenha Estatística do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto resumido dos principais dados estatísticos do Estado nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeira, dentre outros.



Perfil Municipal



Publicação eletrônica que reúne as principais informações e indicadores sobre a realidade dos municípios alagoanos. A mesma inclui dados sobre a caracterização geográfica, aspectos demográficos, econômicos, sociais, políticos e da infraestrutura existente em cada município do estado de Alagoas, com dados atualizados anualmente.

Obs.: Todas as publicações estão disponíveis no Portal Alagoas em Dados e Informações, na seção Publicações.

Conheça o Portal ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES

O Alagoas em Dados e informações é uma plataforma interativa de acesso útil, rápido e fácil para consulta e utilização de dados e informações socioeconômicas de Alagoas.

<http://dados.al.gov.br>





Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio

